

**UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**

MARIA HELENA VITAL

**OS NOVOS ARRANJOS FAMILIARES E A SOCIEDADE
NO SÉCULO XXI**

**São Paulo
2011**

MARIA HELENA VITAL

**OS NOVOS ARRANJOS FAMILIARES E A SOCIEDADE
NO SÉCULO XXI**

“Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social do Curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro, sob a orientação da Prof^a. Alberta Emília Dolores de Goes”.

**São Paulo
2011**

MARIA HELENA VITAL

**OS NOVOS ARRANJOS FAMILIARES E A SOCIEDADE
NO SÉCULO XXI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social do Curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro.

Data da Aprovação ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Alberta Emília Dolores de Goes
Especialista em Serviço Social
Universidade de Santo Amaro

Sônia Maria de Almeida Figueira
Doutora em Serviço Social
Universidade de Santo Amaro

CONCEITO FINAL: _____

Aos meus pais,
por terem me possibilitado o primeiro convívio com o aprendizado.

Aos meus filhos; Natália, Milena, Tamira, e Bráulio,
por se alegrarem com minhas conquistas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar, por ter me mostrado através da fé e do encorajamento que com amor e dedicação somos capazes de alcançar objetivos e realizar nossos sonhos.

Aos familiares e amigos pelo incentivo e torcida, e principalmente pela compreensão neste longo período de desafios.

A equipe do CRAS Cidade Ademar, juntamente com as equipes do PAF Cidade Júlia e PAF Jardim Niterói, pela importante colaboração no desenvolvimento deste estudo, e a possibilidade do contato com as famílias com as quais pude enriquecer minha pesquisa e minha experiência profissional.

A todos os professores que no decorrer do curso compartilharam seus conhecimentos para que eu conseguisse crescer em meu aprendizado.

A professora Sônia, minha leitora, que contribuiu especialmente com sua sabedoria, nos detalhes para execução e finalização deste trabalho.

A professora Alberta, minha orientadora, o meu carinho especial, pela sua dedicação e paciência, por dividir seu conhecimento, trazendo elementos e sugestões importantes para a evolução deste trabalho.

Aos colegas de sala pela convivência durante este período, pelas palavras de incentivo e apoio nas horas difíceis e pelas alegrias compartilhadas na realização deste sonho.

Aos meus filhos, pelo incentivo permanente, pela compreensão nos muitos momentos de ausência, e, sobretudo pela colaboração e presença diários que me tornaram possível concluir esta caminhada.

Maria Helena

“Todas as famílias felizes se parecem entre si; as infelizes são infelizes cada uma à sua maneira”.

Léon Tolstoi

RESUMO

Este estudo visa contribuir para uma melhor compreensão a respeito das novas formas de organizações familiares presentes na sociedade e busca compreender um pouco desta dinâmica, a partir de uma pesquisa histórica sobre a família, e da visão dos representantes destes diferentes modelos familiares sobre a sociedade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, tendo como sujeitos sete representantes de diferentes arranjos familiares (nuclear, união estável, monoparental feminino e masculino, homoafetiva e extensa). Para a seleção dos sujeitos contamos com a colaboração de duas organizações sociais, (Organização Crê-ser e Organização Espaço Aberto), de atendimento às famílias no bairro de Cidade Ademar, zona sul de São Paulo. Entendemos que a instituição “família” ao longo dos séculos vem passando por constantes processos de transformação, em busca de formas de adaptação na sociedade, e nesse sentido, tanto se transforma, como é transformada pela sociedade. A sociedade brasileira dentro de suas particularidades sofreu forte influência do sentimento de família, que se desenvolveu na Europa por volta do século XVIII. Nesta, já havia o costume de cada família morar em sua própria casa e se responsabilizar pela educação de seus filhos. Era um costume nas famílias mais abastadas, que deu origem a família nuclear burguesa, aquela formada por pai, mãe e filhos, e que teve como forte aliado a atuação de instituições como o Estado e a Igreja. A partir deste período, se iniciou a valorização do sentimento e dos laços de família, e de fazer com que estes laços fossem reconhecidos socialmente, trazendo para a família a responsabilidade pela educação e criação das crianças nascidas da união daquele casal. A família no Brasil se desenvolveu então, no período da colonização, sob a influência destes modelos europeus, que vai se transformando ao longo do século XIX e XX com a chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro, e que vai influenciar no comportamento dos membros desta família trazendo oportunidades de autonomia e independência. Este processo ocorre com o crescimento da economia, no período da industrialização no país, com o deslocamento da população rural para área urbana em busca de oportunidades de trabalho, provocando uma importante mudança na forma de viver dessas famílias. A família patriarcal se enfraquece por

não comportar mais essa forma de organização, pois sua estrutura não permitia manter um grupo numeroso de pessoas. Esta família vai se reduzindo e se individualizando cada vez mais em seu próprio núcleo, esta mudança se caracteriza nas formas das residências que deixam de ser casarões abertos a todos, para casas com cômodos e divisões assegurando a privacidade dos membros da família. Este formato “nuclear burguês” vai delinear um modelo que a sociedade da época impôs como “ideal”, e que apesar de toda a evolução atualmente presente, ainda pode ser identificado em determinados grupos familiares, como resquícios do padrão tradicional da organização patriarcal. Neste processo de transformação se chega ao século XXI onde se torna importante compreender as mais diferentes formas de organização familiar presentes na nossa sociedade, e como estas se comportam nesta dinâmica de direitos, conquistas, justiça, igualdade, respeito, e principalmente em suas escolhas de afeto.

Palavras chave: arranjos familiares, sociedade.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Identificação dos Sujeitos da Pesquisa	52
Tabela 02 - Situação Sócio-Econômica	52
Tabela 03 - Moradia e Número de Componentes nas Famílias	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APS	Agente de Proteção Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
DIPRO	Diretoria de Programação e Desenvolvimento da Gestão Regionalizada
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
CRAS	Centros de Referência da Assistência Social
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPVS	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
NOB	Norma Operacional Básica
ONG	Organização Não Governamental
PAF	Programa Ação Família
SEMPPLAN	Secretaria Municipal do Planejamento
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I. BREVE HISTÓRICO DA FAMÍLIA BRASILEIRA.....	14
1.1 As Transformações Na Família Brasileira	14
1.1.1 Da Família Patriarcal a Família Nuclear	18
1.1.2 As Organizações Familiares Contemporâneas.	21
1.2 Família e Políticas Sociais.....	26
1.2.1 O Serviço Social no Trabalho com Famílias.....	29
1.3 Hierarquias e Poder na Família	33
1.4 Questões de Gênero	35
1.5 Leis e Normas do Direito Civil Brasileiro Relativo à Família.....	37
CAPÍTULO II. REFLETINDO SOBRE AS NOVAS ORGANIZAÇÕES FAMILIARES: A PESQUISA DE CAMPO	42
2.1 O Território	42
2.2 Organização Crê-Ser.....	43
2.2.1 Organização Espaço Aberto.....	45
2.3 Metodologia	47
2.4 Apresentação dos Resultados.....	50
2.4.1 Análise e Interpretação dos Dados.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	78
ANEXO A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA.....	81
ANEXO B – TERMOS DE CONSENTIMENTO.....	83
ANEXO C – ORGANIZAÇÕES E SERVIÇOS (CRAS – CIDADE ADEMAR).....	86

INTRODUÇÃO

A história da Família vem se transformando sempre, ao longo dos tempos, através do processo de mudanças resultado pelo desenvolvimento da sociedade. Este não é um fenômeno novo ou passageiro, pois como parte integrante da sociedade, a família sempre esteve inserida neste processo de mudança, e por isso foi desenvolvendo formas próprias de organização para lidar com estas transformações e as questões sociais resultantes deste processo.

Este trabalho tem como objetivo conhecer a dinâmica que envolve esta transformação na sociedade brasileira, suas questões sociais, suas organizações familiares e as importantes transformações ocorridas em seus núcleos, transformações estas que os estudiosos das questões familiares denominam na atualidade de “Novos Arranjos Familiares”.

Através de uma busca por material teórico produzido por diversos autores acerca das questões culturais, sociais e econômicas nas quais está inserida a família e suas diversas organizações, será possível encontrar elementos que possibilitem um estudo da família e toda a sua dinâmica a partir de uma perspectiva científica e um olhar crítico analisando-a dentro de um contexto histórico e social que evolui e interfere diretamente no comportamento e desenvolvimento humano da nossa sociedade.

A partir de um embasamento teórico, é possível compreender como se desenvolve este processo de mudança e adaptação da família dentro das condições adversas de seu cotidiano, e é possível identificá-la na sociedade, no dia a dia em seus mais variados momentos de manifestação pública.

Este trabalho se dá então a partir da identificação destes arranjos em parte da nossa sociedade que compreende o território onde se desenvolveu a pesquisa, trazendo elementos para a continuidade de estudos acerca das características peculiares que envolvem cada família, e todos os seus membros, na relação com a sociedade na contemporaneidade, e por conseqüência em sua própria organização interna. É possível verificar dentro destes arranjos a presença de modelos tradicionais, modernos, reconstituídos, entre outros, com aspectos diferentes, mas importantes que marcaram a transformação da família dentro do processo sócio-histórico. Entender os fatores presentes neste processo, o comportamento social

envolvido, a visão da sociedade e do Estado para com esta família que se apresenta, se torna o objeto principal deste estudo e a perspectiva de novos esclarecimentos e obtenção de melhor conhecimento acerca do tema proposto.

É importante pontuar que apesar do que se fala sobre crise na família, instituição enfraquecida, o que observamos é que a sociedade se transformou mais uma vez, e isto sempre foi identificado no decorrer de sua existência, o que aconteceu com a família foi que ela desenvolveu formas diferentes de se organizar, até para sobreviver a estas transformações, principalmente as mudanças econômicas para falarmos de atualidade, o que tem marcado de forma importante uma posição diferenciada para esta família com sua nova configuração e representação social.

Esta família atual deve ser vista pela sociedade em suas várias formas de organização, por seus valores e suas relações de afeto, sua forma de viver com compromisso e responsabilidade, e, sobretudo respeitadas em sua forma de estrutura, pois não se pode exigir que seja seguido um padrão, se são formadas por seres humanos e em se falando de seres humanos sabemos que estes não são iguais, têm características próprias e como tal, se relacionarão também de formas próprias, desenvolvendo estruturas próprias.

Não se pode esquecer aqui de ressaltar a importância dos fenômenos sociais, econômicos e culturais na relação de construção dos modelos familiares contemporâneos, considerando principalmente nas relações de gênero onde a mulher passou a ser vista de forma mais igualitária em relação ao homem.

A mulher conquistou mais autonomia e maior visibilidade com a sua inserção no mercado de trabalho, embora este fato tenha se dado em caráter de necessidade devido ao empobrecimento das famílias, como resultado das mudanças econômicas provocadas pelo processo capitalista imposto em nome do modelo de modernização atual.

A proposta deste estudo é que ele possa trazer mais uma contribuição aos muitos estudos que já existem sobre este tema, podendo assim trazer estas famílias com suas questões cotidianas, suas condições sociais e econômicas para um patamar na sociedade onde possam ser vistas de forma igual a todas as outras, serem compreendidas como parte desta sociedade, que sejam atendidas em suas necessidades, reconhecidas e respeitadas pelo Estado, principalmente pelos órgãos

públicos que o representam, visto que eles existem para esta função independente de modelos ou padrões em que se constituam.

CAPÍTULO I. BREVE HISTÓRICO DA FAMÍLIA BRASILEIRA

Para iniciar este estudo torna-se necessário uma viagem no tempo buscando na história da família as várias formas de organização pelas quais esta instituição se defrontou ao longo dos tempos, e quais foram as formas desenvolvidas para se manter até os dias de hoje.

1.1 As Transformações Na Família Brasileira

Os estudiosos sobre a família no Brasil, mesmo seguindo as bases daquilo que se estudavam os teóricos norte-americanos e europeus entre outros, como por exemplo, Durkheim e Philippe Ariès em “História Social da Criança e da Família” (1981), se dedicaram às particularidades históricas para poder desenvolver estudos pertinentes ao que estava disponível no nosso país. Estes estudos trazem então, informações importantes sobre as nossas famílias no passado e facilita um melhor entendimento acerca da nossa sociedade.

(...) Nunca houve um momento no mundo em que todas as famílias fossem de um determinado jeito. É um mito achar que houve um tempo em que todo mundo vivia com aquele tipo de família. Não é assim. Estudando se a história da família, a família sempre foi a diversidade que é hoje, porque os seres humanos sempre foram inquietos. Nós sempre fomos assim, nós sempre buscamos novas formas de relação. Estabeleceram-se núcleos, as sociedades, as culturas. Havia arranjos sociais para as diferentes formas de família, até que este modelo há alguns séculos, se estabeleceu como modelo hegemônico. (SCHYMANSK,2004,p.17).

Desta forma no Brasil, desde o período da colonização se iniciou a tentativa de implantação do modelo de família europeu, mais especificamente a portuguesa, como forma de organizar e estruturar a sociedade brasileira. A implantação deste modelo hegemônico no Brasil encontrou barreiras e criou conflitos em função da grande população indígena existente aqui, e das diferentes formações familiares estruturadas em que eles já viviam organizados, em vários grupos e tribos.

Além dos índios, houve também o confronto na questão dos negros trazidos para o Brasil, como escravos, onde a primeira providência era separá-los, homens, mulheres e crianças, cada um para uma parte, para que eles não retomassem aqui

seus vínculos familiares e não se organizassem em grupos e tribos como faziam em suas origens.

Nesta formação de uma “matriz familiar brasileira,” vemos uma família cristã, família nuclear, família ideal, ou um modelo que as pessoas entendem como uma família ideal, mas que, por causa das culturas diferentes e fortes que se instalaram, iniciaram todo um processo de miscigenação racial, permitindo uma profusão de vários arranjos familiares que povoou e acontece até hoje no Brasil.

Vemos então que no país se formou uma cultura de tolerância com estas novas formações familiares que resultou da chamada miscigenação racial, e de outro lado uma intolerância principalmente por parte da Igreja na tentativa de tentar proibir estas novas formações familiares, processo este que se desenvolveu paralelamente ao modelo hegemônico e está presente na sociedade brasileira ainda na atualidade. O que resultou deste processo é o que vemos até hoje, uma parte do país com uma base em um modelo de família nuclear, e outra, grande parte, que se desenvolve em diferentes formações familiares que não se enquadram no modelo social estipulado nem nos princípios religiosos vigentes, e por isso permanecem na maioria das vezes à margem desta sociedade.

Por intermédio dos hábitos culturais, transmitidos de geração em geração, aprendemos a considerar que só existia um modelo ideal de família, ou seja, o modelo “nuclear”, formado por pai, mãe e filhos.

Mas podemos observar hoje que as famílias se organizam de diferentes maneiras para conseguir sobreviver aos muitos e constantes períodos de mudanças, seja nos aspectos sociais ou ainda mais significantes nos aspectos econômicos. O que requer delas uma dinâmica própria de adaptação.

Os modelos de famílias encontrados atualmente são tantos,

(...) que tornou-se impossível classificar e principalmente julgar os bons e os maus “planos de família” – como poderíamos dizer de um “plano de carreira”. Alguns encontram seu equilíbrio numa relação estável e fechada, uma célula voltada sobre si mesma que eles fortificam contra agressões e mudanças de qualquer tipo. Eles exigem muito dos seus parentes, mas em troca se prontificam a dar muito de si mesmos. Outros, ao contrário, nada querem sacrificar da sua aventura pessoal, preferem uma forma de família “personalizada”, sem constrangimentos e sem obrigações, onde os indivíduos vêm basicamente recarregar as suas baterias antes de

saírem mais uma vez pelo mundo afora.(COLLANGE,apud JOSÉ FILHO, 1998, p.45).

Partindo desta perspectiva, não cabe julgar, ou rotular as famílias dentro de padrões estipulados pelos modelos tradicionais de certo ou errado, ou do modelo hegemônico da sociedade.

É importante frisar, como já citado anteriormente, que nunca houve um tempo em que às famílias viveram todas de um mesmo jeito. A família nunca se organizou de uma forma linear e os grupos humanos sempre desenvolveram formas diferentes de se relacionar e estar em família. Passavam a todo o momento por processos de dissociação e associação que modificavam a sua dinâmica, criando novos arranjos que se adaptassem ao processo de mudanças que a sociedade apresentava naquele momento e às novas demandas de produção, trabalho, consumo, socialização, urbanismo, etc.

Produtos das demandas contemporâneas, as alterações no desenho das famílias dizem respeito:

- à tendência, nos centros urbanizados, de casar e procriar mais tarde, havendo quase um deslocamento dos estágios de reprodução da mulher que chega a ser mãe com mais de trinta anos;
- ao aumento do divórcio e de uniões livres;
- ao aumento do número de famílias monoparentais, isto é, aquelas que contam com apenas um dos pais;
- à uma redução radical no número de filhos;
- à finalidade básica da união não mais se limitar a ter filhos;
- ao concubinato ou a união tipo experimental e livre, que é colocado em prática com mais intensidade e tem maior aceitação social do que em épocas passadas;
- à alteração dos tradicionais papéis exigidos para a mulher e para o homem na gestão e no desenvolvimento da família; tanto o homem quanto a mulher assumem papéis mais igualitários no cuidado dos filhos, na manutenção da vida doméstica e no seu custeio; os rígidos papéis de esposa-mãe, marido-pai se modificam com as novas inserções no mercado de trabalho e na vida societária;
- à socialização dos filhos, quase inteiramente transferida para os serviços sociais públicos ou privados – creches, escolas, centros esportivos. Os “tios” e as “tias” institucionais passam a ter peso relevante na socialização dos mais jovens. (CARVALHO... et al. 1998. p.12).

No atual contexto e em uma análise científica, deve-se compreender a instituição família como uma associação de pessoas que escolhe conviver por

razões principalmente afetivas, que assumem um compromisso de cuidado entre si, têm um projeto de vida em comum, em que compartilham seus planos e expectativas, transmitem tradições e planejam seu futuro a partir desta convivência.

Na atualidade, podemos identificar relações individualistas e consumistas, provocadas pela globalização, ditadas pela nova ordem econômica mundial, e suas conseqüências ficam explícitas no mercado de trabalho e demais setores da sociedade, modificando as relações pessoais e refletindo também nas relações familiares.

Kaslow (2001) cita nove tipos de composição familiar que podem ser consideradas “família”:

- 1) família nuclear, incluindo duas gerações com filhos biológicos;
- 2) famílias extensas, incluindo três ou quatro gerações;
- 3) famílias adotivas temporárias (Fosters);
- 4) famílias adotivas que podem ser bi-raciais ou multiculturais;
- 5) casais;
- 6) famílias monoparentais, chefiadas por pai ou mãe;
- 7) casais homossexuais com ou sem crianças;
- 8) famílias reconstituídas depois do divórcio;
- 9) várias pessoas vivendo juntas, sem laços legais, mas com forte compromisso mútuo.

Ao listar todas estas novas possibilidades de família, é preciso considerar as mudanças importantes que houve na sociedade e a transformação provocada na família nuclear, até então respeitada socialmente como hegemônica, e que segue acompanhando de certa forma, toda essa modificação que vai se desenhando numa nova família, “a família contemporânea”.

Estas transformações da família nuclear foram,

(...) desencadeadas pela dinâmica global das forças produtivas e das relações de produção que governam as formações contemporâneas (...) e a aparente desorganização da família é um dos aspectos da reestruturação pela qual ela vem passando, (JOSÉ FILHO, 1998, p.39).

Diante de todas estas mudanças na sociedade, muito se fala em crise da família, da desvalorização da instituição, mas o que ocorre é que o modelo de família nuclear, mesmo prevalecendo atualmente na sociedade, é um modelo idealizado, construído culturalmente, mas que já há um longo tempo vem passando por um período de transformação e reestruturação.

Com isso o que se observa não é que a família esteja em crise, ou que exista um enfraquecimento da instituição, é que dentro desta nova ordem social e econômica, as famílias vão desenvolvendo formas próprias de se organizarem dentro de seus núcleos, e então, na atualidade, vêm deixando de se constituir socialmente como unidade econômica para se constituírem baseadas num princípio mais pessoal, de cooperação, comprometimento, cumplicidade e principalmente afetividade.

Estas bases estão presente, seja no modelo nuclear, redesenhado com mais de uma geração ou famílias reconstituídas, ou em todos os outros arranjos que conseguimos identificar, dentre os quais, alguns serão descritos no desenvolvimento deste estudo.

1.1.1 Da Família Patriarcal a Família Nuclear

Em busca de conhecer a formação da família brasileira através da história do país e da nossa sociedade, a autora Samara (1998), vai encontrar na nossa literatura, que a família brasileira foi constituída a partir do modelo da família portuguesa durante o processo da colonização. Este modelo então europeu, com características patriarcais e conservadoras serviu de base para formar a família no Brasil Colônia, e recebeu o nome de família patriarcal.

Como o comando do governo não conseguia chegar a toda a colônia, os donos das grandes áreas de terra, o proprietário, o senhor, responsável também pelas grandes regiões de agricultura, cuja produção era importante na sustentação da economia, tomava para si este comando.

O patriarca era o pai, sogro ou avô que comandava um grupo de famílias. Além da mulher e filhos, existia um número enorme de pessoas sob seu comando. Havia outras mulheres, (concubinas), com seus filhos, filhas e filhas com suas famílias, sobrinhos, parentes, afilhados, amigos, empregados e suas famílias e até ex-escravos.

A família patriarcal, esta grande família que crescia em volta de seu senhor, devia tudo a ele, respeito, veneração, trabalho, obediência, nada poderia ser feito ou decidido sem o seu conhecimento e sua aprovação.

Todas estas pessoas respeitavam e seguiam as orientações deste senhor. Estavam sob a guarda dele, e inclusive eram reconhecidos, respeitados e até atendidos em suas necessidades quando se apresentavam como pertencentes à região de comando deste determinado patriarca.

O patriarca governava então a sua área à sua maneira, e tinha a aprovação do governo, pois de certa forma, esta organização garantia a ordem e mantinha sob controle o crescimento descontrolado da população dentro da sua área de comando, o que seria impossível pelo governo, dada a sua distância para atuação.

Deste controle fazia parte principalmente a procriação. Os filhos e netos do patriarca deveriam ser numerosos e seus destinos já estariam traçados. Apenas os homens seriam educados para garantir o futuro das propriedades, bem como, as questões econômicas e políticas, pois seriam os sucessores de seus pais junto à sociedade. A propriedade deveria ser mantida na família e administrada pelo patriarca, por isso eram comuns os casamentos entre parentes para não se dividir a fortuna e esta não passar para outro dono.

No mundo patriarcal as mulheres apenas procriavam e obedeciam aos seus senhores, não tinham nenhuma regalia, ao ponto de, ao se casarem, abandonarem a sua origem consanguínea e passarem a adotar a do marido, pois mesmo o valor de consangüinidade valorizado no patriarcado só era reconhecido se esta consangüinidade fosse proveniente do homem.

As crianças também não tinham o menor valor no patriarcado, a não ser a obediência, já os filhos homens mais velhos desfrutavam de todas as regalias permitidas aos homens adultos, e eram mais privilegiados em relação aos irmãos mais novos.

A família patriarcal era basicamente rural. Assim, pela ausência do governo, foi instituído o poder patriarcal que se manteve forte por um longo período e só viria a se enfraquecer quando o Estado conseguisse assumir seu papel junto da sociedade.

Neste processo de transformação vai sendo observado um novo contorno na formação e no comportamento destas famílias. No Brasil, Cândido (apud Teruya, 2000)¹, procura marcar as transformações sofridas pela família patriarcal colonial e

¹ Doutoranda em História Social – Universidade de São Paulo; bolsista FAPESP.

rural quando transplantadas para o século vinte. O autor aborda que as transformações nas famílias ocorreram desde o início com a chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro, provocando mudanças no comportamento social que incluía a oportunidade de estudos e outras formas de ascensão social.

A transformação vai acontecendo ao longo do século dezenove com a independência dos filhos do poder patriarcal ampliando possibilidades de carreiras autônomas ou políticas. Paralelo a este processo, com o crescimento da economia industrial vai se consolidando a transformação na família. Para tanto, é preciso se nuclearizar para atender as demandas da sociedade moderna, e assim o grupo tende a se relacionar a partir dos laços de afeto mútuo.

No final do século XIX, com a industrialização e a urbanização se acentuando, grande parte da população que morava nas áreas rurais se deslocou para a área urbana, provocando uma importante mudança no modo de vida dessas organizações, caracterizando então o enfraquecimento do poder patriarcal e a conclusão de que a estrutura patriarcal não combinava com uma sociedade industrializada e urbanizada. A divisão e a individualização dos grupos familiares vão se transformando mais tarde na família nuclear urbana ou burguesa, mas que ainda se comporta dentro dos padrões tradicionais da organização patriarcal.

A família foi se tornando um grupo cada vez mais reduzido em seu próprio núcleo, pois já não era mais possível a manutenção de um grupo grande de pessoas sendo que todos tinham conquistado de certa forma seu direito à individualidade. Esta individualização vai se caracterizar na mudança nas residências das famílias, que passa dos casarões abertos a todos, para casas com cômodos com separações assegurando a privacidade e a individualidade na família.

Este formato vai delinear o modelo nuclear burguês que a sociedade da época impôs como ideal e que apesar da grande evolução que presenciamos e vivemos hoje, ainda se mantém para grande parte das famílias como o modelo ideal de família.

Ainda segundo Cândido: “A saída da mulher para o mercado de trabalho, a educação dos filhos, a impessoalidade nas relações sociais, o controle de natalidade

e o enfraquecimento dos laços de parentesco são as grandes mudanças para esta família moderna”. (CÂNDIDO, apud TERUYA, 2000).²

É importante lembrarmos que estas mudanças ocorreram mais facilmente para as famílias de poder aquisitivo mais elevado, pois a grande maioria das classes mais desfavorecidas precisava de seus parentes e colaboradores por perto para conseguir atender as necessidades da família e ao mesmo tempo as demandas sociais da modernidade, das quais ela também almejava ser participante.

Deste período de transformação, chegamos aos dias atuais onde vemos as mais diferentes formas de organizações familiares, com as mulheres avançando em suas conquistas pelo mercado de trabalho, no campo jurídico com o direito de igualdade e liberdade, muitas mudanças também na relação com os parceiros, conquistando mais respeito e colaboração no âmbito familiar, no que a sociedade já chama de “Família Moderna”, porém podemos observar que ainda há muito que se conquistar para que tenhamos uma sociedade justa e igualitária e que nossas famílias realmente sejam respeitadas em suas formas e escolhas de viver em sociedade.

1.1.2 As Organizações Familiares Contemporâneas.

Neste subitem faremos menção a algumas das diferentes organizações familiares identificadas em nossa sociedade na atualidade, com suas principais características, segundo a denominação conhecida em Kaslow (2001), e fontes virtuais referenciadas no final deste estudo.

Família patriarcal: modelo da família portuguesa, com características patriarcais e conservadoras do modelo europeu, foi introduzido na nossa sociedade durante o processo de colonização. O marido, a esposa, filhos deste casamento, incluindo concubinas e outras mulheres, com seus filhos, parentes, padrinhos, afilhados, amigos, dependentes, agregados e ex- escravos com suas famílias.

Este homem era o patriarca de um grupo de famílias, tinha poder de mando e se responsabilizava por todas estas pessoas, todos o respeitavam no lar e fora dele, por sua sabedoria era amigo e conselheiro de todos. Todas as famílias se formariam

² Doutoranda em História Social – Universidade de São Paulo; bolsista FAPESP. TERUYA, M. T. in XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2000.

somente pela determinação e autorização dele, para não perder o poder e nem permitir a divisão do patrimônio. Por isso os casamentos eram feitos entre pessoas do mesmo grupo, as mulheres não tinham direitos de escolha e sua principal função era a procriação, pois para eles as famílias tinham que ser numerosas, para garantir na sua linhagem a continuação do poder. Poder este que se equiparava ao do Estado.

Na atualidade, podemos perceber fortes mudanças nesse tipo de arranjo familiar, mas ainda há organizações familiares que carregam heranças desse modelo.

Família nuclear: a família nuclear, identificada inicialmente na família nuclear burguesa, se constituiu sobre a base do modelo patriarcal.

Gilberto Freyre, Oliveira Vianna e Antonio Cândido (apud Teruya, 2000)³, em suas publicações entre os anos 1930-1950, partem do pressuposto de: “uma família patriarcal rural e extensa no século XIX e anteriores e que se transforma em nuclear, quando transplantada para um ambiente urbano e moderno no século XX”.

Este modelo começou a surgir a partir do período da industrialização, em função da migração da área rural para os centros urbanos em busca de trabalho nas fábricas, o que marcou o início do enfraquecimento da família patriarcal.

Devido às condições urbanas de inserção no trabalho industrial e individualização dos seus membros, os filhos em busca de sua autonomia, da possibilidade de construção de suas próprias carreiras, com isso a família veio se reduzindo nas suas relações de parentesco, se restringindo a um pequeno grupo formado pelo marido, esposa e filhos, provocando a redução do poder do pai e marido.

Este panorama histórico então serviu de base para o surgimento do modelo nuclear, que se constitui como hegemônico ou o ideológico de família até os dias de hoje.

Este modelo, segundo vários estudos sobre família, tende a passar a imagem de que seria o único responsável pela formação de famílias com pessoas saudáveis, equilibradas, e felizes. E que outros fora deste padrão seriam desestruturados e

³ Doutoranda em História Social – Universidade de São Paulo; bolsista FAPESP. TERUYA, M. T. in XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2000.

incompletos, portanto produziram pessoas infelizes, desequilibradas e doentes emocionalmente, trazendo desvios de comportamento para a sociedade.

Família extensa: incluindo três ou quatro gerações; pais, filhos, netos, bisnetos e outros tipos de parentesco vivendo sob o mesmo teto. Estas são famílias aonde os descendentes vão formando seus núcleos familiares e continuam morando junto com a família de origem, e as responsabilidades e funções, incluindo os cuidados com os demais, são divididos entre o grupo.

Família monoparental: chefiada pela mãe ou pelo pai, sozinhos, ou em casos decorrentes de novas uniões após separação, onde um dos cônjuges se responsabiliza pelos filhos, onde o novo companheiro ou companheira não tem vínculo de parentesco.

A grande maioria destas famílias é chefiada por mulheres, em geral porque já iniciaram a família como mães solteiras, ou porque em separações na maioria das vezes é a mãe quem fica com a guarda dos filhos, ou o companheiro se ausenta em busca de novos campos de trabalho ou acaba por abandonar o lar. Há ainda os casos de viuvez ou adoção de crianças por uma só pessoa.

Já se verifica um crescimento no número de famílias monoparentais chefiadas pelo homem, mas é importante perceber que em qualquer das situações, os papéis cabem a uma só pessoa, o que leva a dificultar o seu desempenho, visto que é comum as famílias monoparentais não conseguirem um equilíbrio no exercício da autoridade e da afetividade.

Em geral, na família monoparental, aquele que chefia a família, não tem com quem dividir suas responsabilidades e nem compartilhar seus momentos de dificuldades, o que vai provocar uma sobrecarga ao se considerar as funções primordiais na organização de uma família, ex: educar, prover, socializar, suprir necessidades afetivas e materiais, assim como o exercício de autoridade na imposição de limites aos filhos em idade de desenvolvimento.

Família adotiva temporária: (Fosters); Lar de adoção temporária.

Nos EUA existe um programa denominado Foster Program ou Foster Home Program.

Trata-se de um programa para crianças e adolescentes que foram retirados do lar original por várias razões (abuso, molestação sexual, o pai e a mãe são viciados em drogas, os pais morreram, etc.) Essas crianças ficam na custódia do

Estado ou em casas de pessoas que participam do programa. Esses lares são chamados foster homes. São lares de famílias normais que se inscreveram para participar do programa. Essas crianças são colocadas nesses lares temporariamente até serem adotadas ou até o problema ser resolvido. Muitas vezes essas crianças/adolescentes acabam sendo adotados pelos pais "foster" (foster parents). Por outro lado acontece muitas vezes que essas crianças têm tanto problema psicológico, emocional, etc. que os pais "foster" acabam devolvendo a criança para a custódia do Estado e a criança é colocada em algum tipo de instituição ou em outro foster home. Em geral, as famílias que participam desse programa, o fazem para ajudar as crianças ou por que querem fazer uma adoção.

Em outras palavras, foster home é um lar onde a criança/adolescente é criado sem que haja uma adoção definitiva. O Estado pode retirar a criança/adolescente daquele lar se houver motivo, assim como, os pais que estão prestando o serviço podem decidir não continuar a criar aquela(s) criança(s) a qualquer momento.

É importante notar que as famílias que participam do programa recebem ajuda financeira do governo. Esse é o conceito. Não se sabe se existe algum tipo de programa similar no Brasil.

Família homoafetiva: formada por casais homossexuais com ou sem criança.

De acordo com a Constituição Federal, em seu artigo 5º.X⁴, o afeto é a característica essencial para que haja uma família, inclusive segundo este artigo, o afeto é a base do direito à intimidade.

A união de duas pessoas ligadas por vínculo afetivo como já demonstrado é a base para a criação de uma família, omitindo-se a Lei Maior se são ou não pessoas do mesmo sexo. Se a afetividade é a base para a criação de uma família, e as uniões homossexuais no contexto atual constituem famílias, devem ser protegidas e tuteladas pelo Estado, gozando de todos os direitos e deveres inerentes à esta instituição.

Um casal homossexual, base de uma família homoafetiva, é dotado dos mesmos deveres e direitos que a família chamada tradicional heterossexual (homem

⁴ Artigo 5º – X – CF do Brasil. São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

e mulher), estas pessoas tem direito à patrimonial, direito a alimentos, partilha de bens, direitos previdenciários, direito a exercer a paternidade ou maternidade, direito a adoção, direito a ver reconhecido civilmente a sua sociedade de fato, e de ter reconhecida civilmente a sua convivência.

Atualmente, nossos tribunais vem julgando de maneira favorável à homoafetividade. Homossexuais são pessoas que estudam, trabalham, produzem, pagam impostos, votam, são consumidores, são formadores de opinião, estão sujeitos a lei civil e penal como qualquer outra pessoa, portanto o avanço legal que beneficia atualmente a homoafetividade não é nenhuma bondade ou favor da sociedade, mas sim o reconhecimento de um direito verdadeiro, que há muito fora negado.

Família substituta: constituída por responsável em situação jurídica, de guarda, tutela ou adoção.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) trata da Família Substituta em seus artigos 28 a 32 e 165 a 170⁵.

Esta, como o nome já a define, consiste em uma célula familiar que substituirá a família original, ou melhor, os benefícios que uma família deveria estar proporcionando ao menor, lhe oferecendo educação, lazer, alimentação, segurança, enfim, todo o bem-estar geral da criança e do adolescente, evitando assim, a internação do menor. A colocação em família substituta far-se-á, como já dito, mediante guarda, tutela ou adoção. O interessado em receber um menor sob qualquer uma destas três formas de colocações deverá apresentar, como requisitos, dados completos de qualificação, tais como: nome, estado civil, profissão, endereço, grau de escolaridade, religião, além dos dados do cônjuge ou companheiro, se em regime de concubinato. A família substituta pode ser provisória, em casos como o da Guarda, temporária como na Tutela, ou definitiva como na Adoção. É a recomposição de uma família a um abandonado, a um menor órfão, que passará a ser cuidado por uma família que o queira, inclusive estrangeira, desde que tenha autorização judicial para isto; ou por um parente do menor.

⁵ Lei nº 8069, de 13 de Julho de 1990. Legislação Brasileira para o Serviço Social 3ª Ed. Rev. Atual. Ampl. São Paulo. CRES, 2007.

Família alternativa: são organizações que surgem por grupos de pessoas vivendo juntas, sem laços legais, mas com forte compromisso mútuo, tais como: famílias comunitárias, famílias homossexuais.

1.2 Família e Políticas Sociais

De acordo com a nossa Constituição, em seu Capítulo VII, destinado aos direitos da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso, no artigo 226 a afirmação de que “A Família é a base da sociedade e tem especial proteção do Estado”.

Segundo Carvalho:

(...) comemorar em 1994 o ano internacional da família reflete a crescente preocupação em retomar a família como prioridade política. E que de fato a família é o primeiro sujeito que referencia e totaliza a proteção e a socialização dos indivíduos. Independente das múltiplas formas e desenhos que a família contemporânea apresente, ela se constitui um canal de inicialização e aprendizado dos afetos e das relações sociais. (apud, KALOUSTIAN 2010).

Considerando esta colocação e o resultado dela, que resultou na concretização da lei maior citada acima, se torna importante verificar a partir deste ponto como se dá esta proteção no âmbito das políticas públicas existentes em nossa sociedade, destinadas ao atendimento a estas famílias e principalmente na execução das mesmas através das instituições sociais competentes, ou seja, onde se desenvolve o trabalho do Serviço Social.

Sabemos através da Norma Operacional Básica (NOB) de 2005, para a implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), que a família fica definida como o:

Núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social. Núcleo afetivo, com vínculos por laços consangüíneos, de aliança ou afinidade, com obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero. (NOB/SUAS, 20- 05).

O que se tem observado na prática das políticas sociais brasileiras ainda é a cultura do assistencialismo tradicional principalmente no trabalho com famílias, pois quando se vai trabalhar com os direitos individuais das pessoas como está na

constituição, criança, adolescente, mulher e idoso, o que temos é uma divisão, que torna este trabalho fragmentado e por conseqüência insuficiente. O trabalho social ao executar as políticas analisando-as sob esta visão que está posta, acaba não valorizando o sentido do coletivo na família, como definido acima pelo próprio SUAS, e ainda como vai reafirmar Carvalho e Zilioto em seu artigo *Trabalhando com Famílias*:

“Por trás de crianças abandonadas, - crianças de rua e na rua, - crianças agressoras e vítimas de agressão, estupro, trabalho precoce, prostituição... – também se encontram famílias abandonadas. Famílias abandonadas pela destituição, pobreza, exclusão ao acesso a bens, serviços e riquezas. Famílias abandonadas pela desinformação, alienação, isolamento, características das sociedades mega-urbanas em que vivemos”. (CARVALHO E ZILIO, APUD SZYMANSKI 1992).

O que está definido como direito das pessoas individualmente não exclui a importância e urgência de se trabalhar o coletivo, a família, tomando como base o que foi exposto pela autora. E sabemos que esta referência ao direito e a valorização da família na constituição se deve a uma forma de afirmar a sua importância para a sociedade, pois como base da sociedade é através dela que dá a formação da pessoa humana.

As políticas públicas voltadas para a família devem atender ao princípio básico de garantir a ela a sua dignidade através da promoção dos sujeitos que a formam tendo suas necessidades atendidas legalmente como já conquistadas pela própria sociedade através da constituição.

As políticas hoje direcionadas às famílias continuam no estilo conservador e tradicional de assistencialismo, baseadas em programas de doações de remédios e alimentos, e até a institucionalização de suas crianças. Não há por parte do Estado o papel de promover a autonomia destes sujeitos através de uma geração de empregos que lhes proporcione uma renda que possibilite os cuidados mínimos necessários aos seus membros, como educação, saúde e outros, de forma a não depender da política de doação institucionalizada.

A autora, Carvalho (Apud, Kaloustian 2010), sugere programas de atenção mínima às famílias que lhes dê prioridade, baseados em um projeto político de compromisso e ética, e que vá erradicar as ações hoje assistencialistas e tutelares. Entre eles estão programas de geração de emprego e renda que permita às famílias

participarem do processo econômico de produção e consumo, iniciando pela recolocação no mercado de trabalho, nas empresas de terceirização instauradas a partir processo de globalização e neoliberalismo atuantes, até os assentamentos das famílias que trabalham no campo. Uma rede de serviços comunitários de atendimento psico-social e cultural às famílias: estes baseados nos serviços dos centros comunitários que já existiram em décadas passadas, e que hoje são desenvolvidos por instituições ligadas ao trabalho das pastorais das Igrejas, sem diretrizes e recursos necessários, e que geralmente são oferecidos de forma descompromissada por voluntários ou pessoas não preparadas para tal.

Estes serviços hoje são de extrema necessidade e precisam ser desenvolvidos por profissionais com maior nível de conhecimento para que se desenvolva com as famílias e a comunidade um trabalho de apoio, orientação e informação nos diversos aspectos que fazem parte da formação desta família, desde questões pessoais, de grupo, relacionamentos sociais, questões emocionais, educação e acompanhamento dos filhos, entre outros.

E finalmente um trabalho voltado à complementação da renda familiar, que se destine a completar a renda do grupo ou possibilitar o acesso à renda por aqueles que não a possuem, pois só assim se reconheceria o direito constituído de cidadania, e os tiraria da situação de subalternizados e tutelados, assistidos então pelos programas de distribuição de cesta alimentar, os populares sopões, entre outros.

Finalizando, Carvalho (apud Kaloustian, 2010), conclui dizendo que a promoção e proteção da família perderam-se no tempo e que já é hora de retomá-la com eixo e prioridade da política social brasileira. E enfatiza a necessidade de implementação de macro-políticas a partir das esferas nacionais e estaduais comprometidas com as mudanças estruturais necessárias à melhoria das condições de vida da maior parte da população brasileira, e também de micro-políticas no poder municipal, que se articulem de tal forma com as diretrizes nacionais que permitam uma gestão menos setorizada e fragmentada, mais dependente do poder local do que do prefeito, pois sem um poder local forte não poderá haver continuidade nas ações propostas.

1.2.1 O Serviço Social no Trabalho com Famílias

De acordo com Miotto⁶, em seu artigo “Família, trabalho com famílias e Serviço Social”, a incorporação da família como referência na política social brasileira reavivou o debate em torno do trabalho com famílias, que por muito tempo ficou relegado a um segundo plano na área do Serviço Social brasileiro. A secundarização desses temas-família e trabalho com famílias têm sido atribuída às exigências teórico metodológicas impostas para a consolidação da profissão nos marcos da teoria social crítica, e pela pecha⁷ de conservadorismo que marcaram essas temáticas na pós reconceituação. Por isso, impõe-se nesse momento o grande desafio de demarcar tanto o foco de estudo sobre família, que interessa ao campo do Serviço social – enquanto profissão e área de conhecimento - como a construção do debate em torno do trabalho com famílias ancorado nas premissas teórico-metodológicas da teoria social crítica

(...) A família é um sujeito privilegiado de intervenção do Serviço Social desde os primórdios da profissão. No Brasil ele nasce vinculado aos movimentos de ação social numa proposta de dinamização da missão política de apostolado social junto às classes subalternas, particularmente junto à família operária. Ou seja, o alvo predominante do exercício profissional é o trabalhador e a sua família, em todos os espaços ocupacionais. (IAMAMOTO, 1983 apud MIOTO).

Desde então, os trabalhos de atenção às famílias fazem parte da história do Serviço Social, e como vai reafirmar Neder (1996): “Os Assistentes Sociais são os únicos profissionais que têm a família como objeto privilegiado de intervenção durante toda a sua trajetória histórica, ao contrário de outras profissões que a privilegiam em alguns momentos e em outros a tiram de cena”.

A partir dessa introdução, podemos verificar que o trabalho com famílias veio se desenvolvendo e se qualificando de acordo com as questões socioeconômicas vivenciadas pelas mesmas dentro desta sociedade. Teve o seu início embasado então, no conceito de Serviço Social americano que desenvolvia o chamado

⁶ Palestra proferida realizada na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Ela contém idéias e trechos de artigos já publicados em livros e revistas.

⁷ Pecha. *sf* 1. Defeito; 2. Marca infamante. ROCHA, Ruth. Minidicionário da Língua Portuguesa/ Ruth Rocha/ Hindenburg da Silva Pires. São Paulo: Scipione, 2005.

“Serviço Social de Caso”, o qual tinha como método o objetivo de ajustar os indivíduos ao seu meio, como uma forma de beneficiá-los, bem como, àquela sociedade. Nessa perspectiva os trabalhos consistiam em buscar soluções para eliminar ou diminuir os problemas trazidos pelos indivíduos, dentro de um método de responsabilização dos mesmos ou de seu ambiente, onde se subentendia sua família, pela existência destes problemas. Desta forma, os estudos sociais se vinculavam mais a um julgamento moral do assistente social, do que a práticas objetivas para que ocorressem mudanças reais, as condições de vida destas famílias, demonstrando a orientação positivista e funcionalista, que muitos estudiosos identificaram no período do surgimento da profissão.

Na atualidade, o trabalho com famílias vem se tornado uma preocupação constante e ganhando uma importância relevante, junto aos profissionais que trabalham nesta área, dadas as questões da sociedade atual e a complexidade do tema. Dentre os vários aspectos levantados pelos profissionais que se dedicam a debater este tema, estão as questões referentes à história e o desenvolvimento das profissões que atendem a esta demanda, principalmente as novas configurações familiares e as relações que a família atual vem desenvolvendo com as outras esferas da sociedade, como o Estado, a Sociedade Civil e o Mercado.

Embora seja tradição do Serviço Social o trabalho com famílias, sabemos hoje que a sua atuação é conduzida aquém das exigências a que estão sendo colocadas. E para Mito⁸, estas exigências estão relacionadas à consolidação do atual projeto ético-político da profissão, da necessidade de qualificação das ações profissionais nessa área, além da afirmação do espaço do Serviço Social num campo cada vez mais disputado por outras profissões.

Ainda, segundo Mito, em uma pesquisa⁹ realizada sobre processos de intervenção dos assistentes sociais no trabalho com famílias e um estudo com grupos de profissionais de Serviço Social observou-se que as ações dos assistentes sociais estão marcadas por quatro aspectos principais:

⁸ Professora Doutora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

⁹ Pesquisa: por onde caminham os processos de intervenção dos Assistentes Sociais em famílias com condutas “auto-destrutivas”. A pesquisa contou com o apoio do CNPq e foi operacionalizada através de dois procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica e “coleta viva de dados” com grupos de assistentes sociais na cidade de Florianópolis, Santa Catarina.

- A ausência de discriminação quanto à natureza das ações direcionadas ao atendimento das famílias em muitos serviços. Ex. Sob a denominação de orientação da família, uma categoria chave do processo de intervenção estão agrupadas condutas e procedimentos totalmente diversos como informações sobre funcionamento de serviços, visitas, entrevistas, reuniões e até mesmo as conversas informais.
- A utilização de categorias de análise sem o devido conhecimento ou discernimento quanto às matrizes teóricas às quais estão vinculadas. Ao descrever as ações profissionais observa-se a utilização de determinadas categorias que demonstram a precária clareza metodológica sobre o escopo de suas ações. Ex. a dissociação que fazem entre a categoria “famílias desestruturadas” e a referência da escola estrutural-funcionalista, no âmbito de um discurso crítico.
- A articulação entre referências teóricas e ação profissional que aparece quando o assistente social tem uma formação específica na área da família, que geralmente se faz através de outras áreas. Ex. o boom da terapia familiar que passa a ser discutida como algo que “ainda não tem lugar no Serviço Social”, com afirmaram alguns profissionais. E também ao fato de a formação na área estar concentrada no campo psicológico, sem uma apropriação e uma discussão do seu lugar e o seu significado na prática cotidiana dos assistentes sociais. Dessa forma passa a engrossar fileiras no grande projeto, hoje hegemônico, de “psicologização” dos problemas sociais.
- Os processos de intervenção com famílias que são pensados apenas no âmbito do atendimento direto. Não são vislumbrados, no universo das ações profissionais, outras possibilidades de se trabalhar com famílias; não são considerados especialmente os espaços da proposição, articulação e avaliação das políticas sociais, nem a organização e articulação como campos fundamentais de intervenção na área da família. O atendimento direto está dirigido maciçamente às famílias que, por pobreza ou falimento nas suas funções, são tidas como incapazes ou patológicas.

Identificando a permanência destas características nas ações profissionais tem-se a clareza de que o exercício da profissão ainda se dá pautado nos padrões de normatividade e estabilidade, arcaicos e enraizados culturalmente, ou seja, as ações são direcionadas na relação de funcionalidade para a integração e o controle social. Perdendo o foco de discussão da família como pertencente a uma sociedade desigual e excludente, e fortalecendo uma visão da família como produtora de patologias.

Por outro lado foram observadas nas análises sobre a questão da identidade e do processo de trabalho no Serviço social, por Gentilli (1998) apud Mito, que nos discursos dos assistentes sociais, existe uma indiscriminação generalizada dos instrumentos, metodologias e atividades profissionais. Esta autora, afirma que este fato rebate negativamente nas possibilidades de uma formação teórica mais qualificada dos profissionais e no desenvolvimento de ações mais coerentes. Ainda segundo a autora, os assistentes sociais têm uma vivência impressionista da realidade, e com leituras teóricas imprecisas, mantêm vivas representações teóricas anteriores, que se recompõem com as representações profissionais atualizadas.

Considerando por exemplo a área da criança e do adolescente, um campo fértil de intervenção com famílias, Sant'ana (2000) apud Mito, ao investigar a prática profissional de assistentes sociais em instituições públicas e privadas, concluiu que a maioria dos assistentes sociais realiza uma intervenção pouco qualificada e com ausência de referenciais teóricos e postura crítica. Para a autora, esta situação compromete a implantação do projeto ético-político do Serviço Social, à medida que este fica a cargo de uma minoria de vanguarda.

Diante dos resultados destes estudos podemos observar principalmente que sobre a concepção de família, existe um consenso relativo às suas transformações enquanto estrutura e composição, porém as expectativas sociais sobre as suas tarefas e responsabilidades continuam preservadas. Espera-se, ainda hoje, que as famílias cumpram o mesmo papel funcional, tradicional e culturalmente postulado, independente das condições sócio, históricas e econômicas em que se encontrem.

Estas observações, por um lado, vão acentuar as discussões sobre a construção sócio histórica do Serviço Social, no âmbito da divisão sócio-técnica do trabalho no qual o Assistente Social aparece como o profissional de coerção e do consenso (Iamamoto, 1997). E por outro, coloca o desafio da superação desta

situação considerando a urgência da consolidação do projeto ético-político da profissão, que só poderá acontecer através de uma prática profissional crítica e altamente qualificada, em áreas de intervenção consolidadas historicamente e na expansão do mercado de trabalho para os assistentes sociais.

1.3 Hierarquias e Poder na Família

Seguindo o que determinava o nosso Código Civil Antigo (1916), criado sob a influência da legislação portuguesa, no qual se reconhecia o poder patriarcal como vigente e legitimado pelo casamento. O que permitia ao homem, o então patriarca, direitos e poderes sobre todos e tudo aquilo que estivesse sob seu comando, mulher, filhos, escravos e até bens como instrumentos e animais de trabalho.

Todos os poderes eram garantidos legalmente ao patriarca, o chefe daquela organização, que os exercia junto a seu grupo social e o representava perante o Estado, chegando mesmo a intervir nas decisões deste quando diziam respeito a questões referentes ao seu grupo de comando.

Posteriormente este poder viria a ser dividido apenas com o primogênito, pois a ele era transferida a responsabilidade de continuação da consangüinidade e da manutenção do patrimônio familiar. Os filhos homens mais velhos usufruíam de vários privilégios em relação aos mais novos, principalmente porque tinham a liberdade de comportamento em função da dupla moral vigente, enquanto que às mulheres tudo era proibido, devendo apenas procriar e obedecer.

Às mulheres sobrava a administração dos empregados domésticos, atividades manuais e, às poucas que sabiam ler, o acesso a leituras amenas. Até aos filhos dedicavam pouco seu tempo, visto que estes desde cedo eram entregues aos cuidados das amas de leite e das governantas.

Atualmente com as novas organizações na família, as pesquisas têm mostrado que, ocorre uma alteração nessa hierarquia.

Com a diversidade das formas atuais de se viver em família, o modelo de pai e marido que exercia a autoridade máxima na família, inclusive sobre a mulher e filhos, e ainda promovia a divisão do trabalho seguindo uma ordem sexual ditada então pela sociedade tradicional, que separava responsabilidades e funções masculinas e femininas, hoje já não se estabelece da mesma forma.

Mesmo considerando o modelo nuclear padrão ainda na visão social, com o passar do tempo, o envelhecimento natural dos pais, a maturidade dos filhos e sua entrada no mercado de trabalho, dadas as condições sócio-econômicas atuais, fazem com que este processo de hierarquia e poder na família vá se transformando. As esposas e os filhos também passam a ser geradores da renda no núcleo familiar e isto provoca uma inversão de papéis na estrutura da família interferindo diretamente nas relações de autoridade e poder que antes estavam estabelecidas.

A partir dos anos sessenta essas mudanças vieram se acentuando com bastante velocidade, e isto se deve principalmente à crescente participação da mulher no mercado de trabalho, o que tem provocado importantes transformações na estrutura doméstica e por consequência na sociedade.

Estas transformações não se limitam à organização doméstica simplesmente. Como geradoras de renda e presença importante no orçamento doméstico, às mulheres conquistam uma nova posição que vai mudar a sua relação de vínculo com o marido, e sua com os filhos, bem como a divisão do poder e a redistribuição das responsabilidades domésticas, estas agora também divididas com o marido e não realizadas somente por ela.

Mesmo convivendo com todas estas mudanças na sociedade, às pessoas ainda buscam uma forma de união espelhada no modelo nuclear, este está arraigado culturalmente em grande parcela da sociedade, e nessas novas uniões, as pessoas ainda tentam organizá-las o mais próximo possível do modelo tradicional, o que diante das mais diversas transformações sociais atuais, acabam gerando conflitos internos importantes para estas famílias:

(...) como ficamos nós, homens e mulheres frutos de uma geração de transição? Saímos de um longo tempo de papéis rigidamente delineados e culturados, bruscamente para uma fase em que tudo foi questionado, criticado... e ainda não se sabe, pois novos papéis estão apenas delineados e tudo está por ser construído.

(...) ao homem criado desde pequenino para ser “macho”, “durão” provedor e protetor, se cobra de repente que seja “sensível”, colaborador... Criado para competir na “selva” do mercado de trabalho é agora convidado a dar mamadeiras, a trocar fraldas. Criado para prover, agora dele se espera que se reveze com a mulher nos cuidados com o bebê, enquanto ela sai, trabalha e ganha seu próprio dinheiro. À mulher criada desde pequenina para ser “suave”, “sensível”, “compreensiva” e “meiga”, se cobra de repente que seja “indiferente”, “competitiva”, “agressiva” no mercado de

trabalho e que progrida profissionalmente (CERVENNY, 1997, p.64-65).

Entre tantos fatores importantes nessa nova posição dos membros dentro da família temos neste conflito, causado pela inversão dos papéis do homem e da mulher a oportunidade de crescimento e valorização do que representa realmente cada um deles dentro da sua organização familiar.

É a partir destas novas atribuições desenvolvidas pelos homens e mulheres nesta nova organização que se formam os novos arranjos familiares onde às crianças, os jovens e os idosos se reorganizarão dentro de suas particularidades, e construiremos uma nova sociedade onde serão consideradas as vivências e experiências próprias, independente de padrões estabelecidos socialmente por questões de gênero ou funções pré-determinadas.

1.4 Questões de Gênero

O autor Cândido (apud Samara, 1998), considera exagerado o mito da mulher submissa e do marido dominador, pois avalia que houve variações nos comportamentos das mulheres vindas de diferentes níveis sociais e indica que algumas delas trouxeram situações de conflitos para alguns casamentos. Verificou-se em estudos que no século XIX, que casos de insatisfação e rebeldia levaram a situações de separação pela incompatibilidade de gênios entre os casais, o que significa que mesmo nos casamentos arranjados não havia a garantia de duração da união.

Desta forma, que a própria condição que o sistema patriarcal impunha à mulher como responsável pela administração interna da família, lhe dava a afirmação da personalidade feminina, passando desde então, a exercer uma influência direta sobre esta família.

Ao buscar compreender as mudanças importantes pelas quais vem passando a família, e mais recentemente, é importante pontuar nesta perspectiva de gênero que tais mudanças estão acontecendo a partir da própria condição feminina na atualidade.

Esta condição é que vai determinar também uma nova organização familiar, levando a uma alteração no comportamento masculino e a uma renovação dos

papéis na família, que passa pelas questões sexuais, sentimentais, econômicas e sociais.

A mulher, a partir das conquistas mais importantes obtidas nas principais lutas femininas e que marcaram o progresso de vários movimentos sociais, que se firmaram a partir da década de 1960 com a difusão da pílula anticoncepcional, não só no Brasil, mas no mundo todo, conquistou o direito do controle sobre a reprodução, sendo-lhe permitidas escolhas e a reformulação de seu lugar e sua participação na sociedade.

Como observa Sarti em *Famílias Enredadas*, Acosta e Vitale orgs. (2010 pg. 21).

A pílula associada a outro fenômeno social, a saber, o trabalho remunerado da mulher, abalou os alicerces familiares e ambos inauguraram um processo de mudanças substantivas na família, o qual foi extensamente analisado na literatura, sob distintos ângulos, especialmente na literatura sobre gênero (MORAES,1994; ROMANELLI,1995; SARTI,1995), entre tantos outros.

As últimas décadas do século XX foram marcadas por conquistas realizadas pelos movimentos feministas em todos os aspectos da vida social da mulher, especialmente no que se refere à sua inserção no mercado de trabalho, o que elevou o seu desenvolvimento profissional e também valorizou as suas reivindicações em direitos e cidadania.

Além da participação no mercado de trabalho, o que mudou de forma decisiva a posição da mulher na família e na sociedade, foram as lutas das várias correntes do movimento feminista que vêm desenvolvendo sempre novas formas e espaços de debates através dos diversos grupos feministas existentes no país, e que atuam em favor do reconhecimento dos direitos já conquistados pelas mulheres.

Foram estas lutas que ao questionarem os fundamentos das relações entre homens e mulheres, deram legitimidade à luta pela igualdade entre os gêneros e construíram novas representações sobre a posição feminina na família e na sociedade, e que abriram caminhos para estudos e pesquisas sobre as questões das mulheres e as relações de gênero, o que equivale lembrar que os estudos direcionados as relações de gênero envolvem também os homens e as questões relacionadas à masculinidade, pois quando se fala de gênero entendemos como um termo que abrange tanto o feminino quanto o masculino e é designado para a

identificação de ambos, como início da idéia de aproximação e equilíbrio na ordenação sexual dos sujeitos na sociedade, e não o contrário.

As mulheres vêm cada vez mais conquistando seu espaço na sociedade, participando de mudanças importantes e vendo crescer sua valorização no mercado de trabalho. Suas características femininas e habilidades vêm sendo importantes em segmentos sociais e profissionais, facilitando o seu acesso a cargos estratégicos em suas profissões.

Porém, apesar de todas estas conquistas, da mulher ter ido da esfera doméstica à ocupação de importantes funções dentro da sociedade moderna, estas conquistas não têm sido alcançadas de forma igual por todas as mulheres, ela varia de acordo com a classe social, o grau de escolaridade e a capacidade de superar as desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres que ainda existem e persistem na família e nas diferentes esferas sociais. O que acaba por provocar mais uma situação de desigualdade, desta vez entre as próprias mulheres.

As conquistas são importantes, mas ainda está a quem do ideal, pois se considerarmos as classes mais necessitadas, o baixo grau de escolaridade, e a falta de capacitação profissional, já que sabemos também que mesmo as mais preparadas enfrentam a questão da valorização profissional diferente da valorização do homem, ocupam menos cargos de poder e prestígio e ainda lidam com a dupla ou tripla jornada de trabalho, pois apesar das conquistas, continuam a ser vistas com as responsáveis pela casa e pela família.

E ainda podemos verificar em muitos trabalhos publicados a respeito das questões de gênero é que muitas mudanças já aconteceram, porém sem eliminar as relações de hierarquia e de dominação presentes hoje em camadas mais baixas da sociedade com menor grau de escolaridade e onde não se tem acesso a maiores informações e conhecimento.

1.5 Leis e Normas do Direito Civil Brasileiro Relativo à Família

No intuito de compreender a família brasileira, torna-se importante buscar dentro desta organização, a instituição de sua legalidade a partir do suporte jurídico convencionado na sociedade atual.

Segundo Genofre (1997), originalmente no direito romano a família tinha um contorno nitidamente patriarcal, onde era considerada tudo aquilo que estivesse debaixo do poder paterno, mulher, filhos, escravos e até bens como instrumentos e animais de trabalho.

No direito brasileiro houve uma predominância muito grande dos direitos canônico e português, que representavam o pensamento da Igreja no conceito da família, e aí se deu o princípio de toda esta questão jurídica que vem da época em que o país ainda não possuía uma legislação própria, e por consequência da colonização, o nosso Código Civil Brasileiro, que data de 1916, e o Código Penal de 1940, sofreram as influências da legislação portuguesa.

Por este código civil estavam garantidos os direitos do homem, cristão, branco, proprietário, letrado e culto; apenas do homem, não da mulher.

A este homem precisava ser garantido o seu direito ao nome, ao sobrenome, à família, à propriedade, as relações contratuais entre as pessoas e entre estas e o Estado.

O Código Civil garantia total proteção aos direitos deste homem. E a mulher só iria ser legitimada socialmente e receber proteção do Estado, a partir da sua união com um homem com este perfil, e para isto era necessário também que ela fosse cristã.

Assim, a mulher e os filhos que fossem gerados dentro dessa união conjugal, que pressupunha as bênçãos da religião, e a aceitação da sociedade, passariam também a receber a proteção do Estado através dos direitos deste homem no código civil.

As famílias que se formavam fora dos parâmetros ditados por aquela sociedade e dos princípios da doutrina religiosa vigente, não eram aceitas socialmente, mas eram toleradas e cresciam à margem desta sociedade, e por esta rejeição social e religiosa também não recebiam a proteção jurídica do Estado.

O casamento tinha uma função específica na elite daquela sociedade, o de preservar a origem da linhagem, manter a pureza do sangue e principalmente não se dissolver o patrimônio que estava sob o comando do patriarca, por esse motivo, nota-se um grande número de casamentos entre pessoas do mesmo grupo sanguíneo, primos e até entre tios e sobrinhas, como mostra Samara (1998), havia então certa resistência ao casamento com pessoas de outro grupo social, e em

casos de escassez de pretendentes à altura muitos dos membros destas organizações familiares acabavam por escolher viver no celibato ou em situação de concubinato. Estas normas limitavam os casamentos a um grupo restrito, social e economicamente posicionado, o que não impediu o crescimento paralelo de eventuais uniões e concubinatos entre grupos raciais e sociais diferentes.

A autoridade paterna era incontestável quando se tratava de decidir o futuro dos filhos, era deles a responsabilidade de determinar as uniões destes filhos mesmo contra a sua vontade. E aqueles que descumprissem esta norma ou se unissem à revelia dos pais podiam sofrer várias espécies de punição, dentre elas a exclusão do grupo familiar e da participação no patrimônio.

Assim a família veio se transformando da patriarcal para a extensa, e depois para a nuclear, a monoparental e as demais organizações que temos hoje.

Junto com esta transformação é importante verificar também as mudanças ocorridas no que se refere às questões jurídicas, pois com todo este processo de transformação no comportamento da sociedade se tornava necessário uma mudança na forma jurídica de se estabelecer as responsabilidades e os direitos de cada um, a partir das conquistas legais de igualdade de gêneros, de oportunidades e dos direitos de cidadania.

Seguindo pelas constituições anteriores, chegamos à “Constituição Federal de 1988”, que representou um marco na evolução dos direitos para os cidadãos do país.

Com a participação e a pressão da sociedade organizada, conseguiu no título “Da família, da criança e do adolescente e do idoso”, a garantia dos direitos sociais, respondendo às reivindicações dos inúmeros grupos representativos, mobilizados em defesa das minorias.

Por esta conquista na legislação, temos claramente definido como conceito de família na Constituição Federal em seu artigo 226, parágrafo 4º o seguinte: **“Entende-se como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”**.

Entre as inovações na legislação a partir da nova constituição, em comparação com as anteriores, Genofre (1997), cita como muito importantes, entre outras:

A igualdade de direitos entre os cônjuges: no parágrafo 5º, do artigo 226, dispôs: “Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher”. E ainda no artigo 5º, I, “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta constituição”.

O planejamento familiar e o aborto: no parágrafo 7º, do artigo 226: “Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é de livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições ou privadas”.

Sobre a família e o idoso: somente nesta constituição é que o tema foi abordado, graças à pressão dos grupos sociais. O artigo 229 dispõe que: “Os filhos maiores têm o dever de ajudar a amparar os pais na velhice, carência e enfermidade”. E ainda complementando no artigo 230 determina: “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem estar e garantindo-lhes o direito à vida”.

A criança e o adolescente: considerando que na família o segmento mais vulnerável é o da criança e do adolescente, por ser neste ambiente que eles vivenciam o contato com a vida social, a constituição determina no seu artigo 227 que: “Sejam a eles assegurados os direitos inerentes à cidadania, tais como o direito à vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e social, em condições de liberdade e dignidade”.

Fazendo uma análise sintetizada destas inovações na legislação, e dos segmentos para os quais elas estão direcionadas, dadas às condições reais que presenciamos hoje, diríamos que as conquistas passaram a existir na legislação, mas que na realidade não funciona para os que mais precisam, ou melhor, não assistem de maneira igual a todos, como está em seu princípio maior. Mas, para entendermos o valor destas conquistas necessitamos retomar a história e vermos que para alguns segmentos da sociedade o “direito” simplesmente não existia.

A mulher era marginalizada pelo nosso sistema jurídico, não reconhecida em seus direitos, considerada como um ser menor e incapaz. A partir da Constituição

Federal pôde ter voz, sair da tutela do marido, fazer escolhas e exercer seu direito de cidadania.

O idoso se viu reconhecido como cidadão de direitos, principalmente por já ter contribuído com a sociedade no decorrer de sua vida, e agora nada mais justo do que ter a garantia de uma velhice com dignidade.

À criança e o adolescente de preferência na companhia da família, que deve ser sua base, ou talvez na impossibilidade desta, que sejam amparados pelo Estado.

Também foram estabelecidos os caminhos primordiais para a garantia de que sejam reconhecidos como cidadãos de direitos, e que façam uso destes direitos em busca de uma melhor qualidade de vida e no exercício da sua cidadania.

Após esta explanação, poderíamos dizer que a nossa legislação é bastante abrangente, e como é vista em outros países afora, porém vemos que muitos destes direitos ainda não são reconhecidos pelas autoridades competentes, principalmente no que diz respeito aos direitos da família, da mulher e das crianças. Inclusive podemos dizer que esses direitos sequer são reconhecidos por seus próprios beneficiários.

Embora por esta legislação os segmentos estejam distribuídos de forma individualizada, o objetivo maior é garantir a autonomia de cada um para que eles se integrem. Dessa forma, a família se estabelecerá em seus diversos modos de viver em sociedade.

Mas o que se tem a considerar finalmente é que foi um grande avanço para a nossa sociedade, a nossa constituinte é uma realidade e está aí para garantir que todos os cidadãos brasileiros sejam amparados, tomem conhecimento de seus direitos para poder exigir que se façam valer. Afinal, por priorizar os direitos sociais e diretamente os da pessoa humana, esta constituinte recebeu o nome de “Constituição Cidadã”.

CAPÍTULO II. REFLETINDO SOBRE AS NOVAS ORGANIZAÇÕES FAMILIARES: A PESQUISA DE CAMPO

2.1 O Território

O bairro de Cidade Ademar, localizado na zona sul de São Paulo, surgiu na década de 1960 com povoamento de migrantes que vieram de vários estados do Brasil em busca de uma vida melhor.

Esta região de Cidade Ademar teve sua origem basicamente como bairro dormitório, devido à explosão industrial que se deu nesta década. Seus bairros e vilas surgiram com o grande impulso do processo de urbanização, com a decadência dos grandes fazendeiros, que eram obrigados a lotear suas terras e vender aos operários migrantes, iniciando assim o processo de loteamento da região.

O êxodo rural ocorrido na década de 70, conhecido como a expulsão do homem do campo para as grandes cidades, também contribuiu para o aumento populacional da região, atraído pelos loteamentos por causa do parcelamento e a possibilidade de possuir um pedaço de terra.

Até 1996, Cidade Ademar era uma região periférica e pertencia à administração de Santo Amaro, um centro urbano considerado como o maior complexo industrial da América Latina. Enquanto o centro urbano se expandia e as demandas da periferia eram deixadas para um segundo plano, isto explica o porquê da região sofrer a falta de recursos para investimento público em saúde, educação, asfalto, creches, transporte e condições dignas de moradia.

A situação começou a mudar depois da década de 70, quando o movimento social começou a pressionar e lutar por melhoria de condições de vida.

A região hoje não tem mais condições de expansão, existem poucas áreas disponíveis para moradia ou local para o desenvolvimento de algum projeto habitacional. Conforme os dados de crescimento populacional a situação é preocupante, já que as possibilidades de expansão para moradias são poucas.

A população desta região, hoje, segundo o último senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ano 2000 aponta que há pouco mais de 402.713 habitantes, já os dados da Secretaria Municipal do Planejamento (SEMPLA) e

Diretoria de Programação e Desenvolvimento da Gestão Regionalizada (DIPRO), estimam com base no saldo vegetativo e na taxa de crescimento, que a população, incluindo o distrito de Pedreira, em 2010 corresponde a 419.222 habitantes, com maior representação da faixa etária entre 30 e 59 anos, que significa um total de 158.155 habitantes (conforme estudos realizados pelo Movimento Nossa SP, 2008).

Essa faixa etária caracteriza uma população de pais e mães de família que representa uma parcela considerável do bairro e do entorno onde moram, portanto, o local onde se identificam os sujeitos desta pesquisa.

A região, que abrange também o Distrito de Pedreira, ocupa hoje uma área de 31,00 km² faz divisa com os bairros de Santo Amaro, Jabaquara e o município de Diadema, com uma renda média de R\$ 921,86 (novecentos e vinte e um reais e oitenta e seis centavos), com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de 0,800 considerado elevado (73%).

A população do bairro pode contar com o atendimento na unidade do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), que funciona na sede da Subprefeitura na Av. Yervant Kissajikian, 416, Vila Joaniza.

O CRAS, através da participação da Prefeitura Municipal, mantém convênios com Organizações Sociais da região que pertencem ao seu distrito (ANEXO C), cuja parceria possibilita oferecer cerca de trinta e seis tipos de serviços à população mais fragilizada, levando apoio e atenção às suas necessidades básicas.

2.2 Organização Crê-Ser

A Organização Crê-Ser, é uma instituição sem fins lucrativos, cuja missão é a inclusão social e o resgate da cidadania, priorizando as ações voltadas ao atendimento a crianças, adolescentes e famílias em situação de alta vulnerabilidade.

Fundada em março de 2005 tem por meta promover ações que favoreçam a inclusão social através de atividades sócio educativas, tendo por eixo central a proteção social. Seus dirigentes possuem experiências em gestão de projetos sociais, já que tiveram participação ativa em diversas organizações sociais existentes na cidade de São Paulo. Neste sentido reuniram conhecimentos no atendimento ligado à: educação infantil, projetos de iniciação profissional de

adolescentes e jovens, e acompanhamento a adolescentes em medida sócioeducativa em meio aberto.

A Organização com uma das sedes localizada no Bairro de Cidade Júlia, distrito de Cidade Ademar, desenvolve em parceria com este CRAS, as atividades do Programa Ação Família – Viver em Comunidade (PAF), um programa criado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), da Prefeitura de São Paulo, voltado para melhorar a qualidade de vida das famílias em situação de alta vulnerabilidade social na cidade.

O Programa Ação Família - viver em comunidade é voltado ao atendimento de famílias residentes na cidade de São Paulo, nos setores censitários de alta e altíssima vulnerabilidade social. Este programa é uma parceria da Prefeitura de São Paulo com Organizações Sociais, e hoje já atinge as 31 Subprefeituras possibilitando o atendimento em quase todos os territórios de alta e altíssima vulnerabilidade segundo o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS).

Um dos pressupostos deste trabalho é o da escuta diferenciada que deverá traduzir, decodificar um conjunto amplo de demandas e necessidades para que a família tenha a oportunidade de atuar como protagonista de sua própria história, possibilitando a sua inclusão e inserção social na rede de serviços como sujeitos de direito e com capacidade de escolha.

Para realizar o programa a Prefeitura mantém convênios com estas Organizações Não Governamentais (ONGS), que passam a ser unidade do PAF – Viver em comunidade. No caso da Cidade Ademar, uma delas é a Crê-Ser que já realiza este trabalho há três anos na região, atendendo a uma demanda de 1.200 famílias, e tendo como objetivos:

- Orientar e apoiar as famílias para a conquista dos direitos que possuem como cidadãs;
- Facilitar o acesso aos serviços da assistência social, saúde, educação, esporte, cultura, trabalho e benefícios;
- Promover atividades de integração entre as famílias e a comunidade onde moram;

Nos trabalhos com estas famílias são desenvolvidas atividades como:

Visitas domiciliares: Realizadas por Agente de Proteção Social (APS), e por técnicas sociais. As visitas têm como objetivo informar sobre as atividades do Programa e levantar informações sobre as dificuldades que as famílias enfrentam e as soluções encontradas.

Reuniões socioeducativas: São encontros de grupos familiares, que ocorrem na associação de bairro e também em uma igreja. A equipe técnica composta por psicólogas, assistente social e pedagoga, acompanham os grupos e informam, discutem, orientam e ajudam os participantes a trocar experiências e idéias sobre assuntos que são de interesse das famílias.

Atendimentos individuais: A família é orientada, acompanhada e pode ser encaminhada a algum serviço da região.

Oficinas e Palestras: As oficinas são espaços para as famílias aprenderem alguma atividade. Nestes anos capacitamos as famílias com oficinas de diversas atividades que possam prepará-las para uma atividade profissional, e pratica esportivas para as crianças. As palestras informam e orientam sobre diversos assuntos de interesse das famílias.

Eventos e Passeios: Os eventos são passeios, festas, feiras e ações na região, para toda a comunidade com o intuito de promover diversão e sociabilidade entre as famílias da comunidade.

2.2.1 Organização Espaço Aberto

A Entidade de Promoção e Assistência Social Espaço Aberto é uma associação civil, com personalidade jurídica, sem fins econômicos, de caráter beneficente e de assistência social, foi fundada em julho de 1996. Iniciativa esta de um grupo de amigos que acreditam que os problemas sociais não devam ser apenas um problema do governo, e sim, resolvidos através de uma parceria que também inclua empresas e a sociedade, por meio de instituições organizadas; podendo e devendo criar oportunidades para que as crianças, os jovens e os idosos tenham uma melhor qualidade de vida com respeito, justiça e amor ao próximo.

Sua missão é a promoção do ser humano criando oportunidades que visem a melhoria da qualidade de vida de pessoas que vivem em condições de vulnerabilidade social, e pretende ser conhecida e reconhecida como uma

organização que auxilia as pessoas na busca da melhoria das condições de suas vidas.

Hoje o Espaço Aberto atende diretamente cerca de 1.650 pessoas e indiretamente mais 6.000 pessoas por meio de vários projetos desenvolvidos através de importantes parcerias com instituições públicas e privadas, que atuam na comunidade:

Ação Família: atendendo 1051 famílias.

Dois núcleos da 3ª idade atendendo 80 pessoas: idosos a partir de 60 anos, se reúnem para atividades de artesanato, trabalhos manuais, ler e escrever, ginástica, dança, palestras, além de apoio social, bailes e passeios culturais e de lazer. Em parceria com a SMADS desde 1998.

Com-Vivendo: atendendo 225 crianças, adolescentes e pais.

Criarte: atendendo 170 crianças, adolescentes e pais.

Projeto Guri: atendendo 100 crianças e adolescentes, formação de orquestra para crianças e jovens de 8 a 18 anos, promovendo contato direto com instrumento clássicos como o violino, viola, violoncelo e coral. Para 120 crianças com encontros duas vezes por semana.

Oficina Arquimedes: oficinas de artes plásticas atendendo 25 crianças, oficinas de Hardanger e Capoeira para todas as idades, para 25 e 60 participantes, respectivamente, com encontros semanais.

São Paulo é uma Escola: visa atender as crianças do ensino municipal no pré ou pós aula oferecendo oficinas de flauta, violão, artesanato, artes plásticas, pintura e iniciação esportiva.

Universo Colorido: atende 30 crianças com atividades artísticas promovendo a auto-estima e a arte com instrumento de paz Universo Colorido.

P.E.T.I.: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, a entidade atende 22 crianças cadastradas nesse programa todos os dias no período das 13 h às 17 h com atividades variadas.

Ser Gestante: curso de orientação à gestante com prioridade à adolescente-gestante, tem como objetivo desenvolver temas relativos à problemática do adolescente que se vê numa situação diferente e desconhecida que é a gravidez, abrangendo o fortalecimento de sua auto-estima desde a aceitação e os problemas decorrentes como até os aspectos importantes da gestação como o desenvolvimento

do bebê, amamentação, banho, primeiros cuidados e planejamento familiar, preparando-as para uma gravidez responsável.

Claves e Notáveis: curso de música (violão e cavaquinho) para crianças, jovens e adultos, estimulando o gosto pela arte, a criatividade, o senso crítico, desenvolvendo suas potencialidades e aprendendo a lidar com suas próprias limitações. Para 20 e 30 jovens, respectivamente, com encontros duas vezes por semana.

Mova: alfabetização de jovens e adultos, com 3 turmas, sendo pela manhã e uma à noite.

De Cara Nova: curso de capacitação que objetiva preparar os jovens para o mercado de trabalho fortalecendo a sua auto-estima, combatendo a violência através de ações preventivas e mostrando que eles são capazes de gerar sua própria renda.

Todos os projetos foram aprovados e são conveniados com as seguintes Secretarias: Secretaria Municipal de Ação e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Participação e Parcerias, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Estadual de Cultura, etc.

2.3 Metodologia

O presente estudo foi planejado buscando uma construção histórica do significado da família, dos fatores econômicos que promoveram mudanças importantes na sociedade, e dos resultados que determinaram os rumos da família na sociedade no decorrer dos tempos até a atualidade. Tem como foco principal delinear os conceitos relacionados aos novos arranjos familiares com suas características específicas, fatores importantes e predominantes no século XXI.

Este trabalho foi desenvolvido através de uma pesquisa bibliográfica onde o conteúdo destes autores permitiu fazer uma análise sobre a construção histórica da família, para a sua compreensão na atualidade, com seus diferentes arranjos, formas de convivência e as circunstâncias em que estas se apresentam na sociedade.

Desenvolvemos uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, que segundo a autora Minayo (2000)

(...) trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2000, p. 21).

O instrumento para a coleta de dados para este estudo foi a entrevista individual com um roteiro de perguntas semi-estruturado (Anexo A), pois conforme afirma Minayo (2000), este instrumento dá liberdade para que o entrevistado discorra sobre o assunto sem se prender à questão formulada. As entrevistas foram gravadas, garantindo a fidelidade das informações prestadas, respeitando a liberdade dos entrevistados, onde estes puderam responder as perguntas e também emitirem suas opiniões pertinentes ao tema em questão.

Na coleta de dados, além das entrevistas, foram utilizados principalmente os instrumentos da escuta e da observação aos sujeitos, considerando a necessidade de apreensão da linguagem não-verbal, fundamentais nos estudos de abordagem qualitativa.

Como objetos de pesquisa foram identificados sete famílias, no bairro de Cidade Ademar, zona sul de São Paulo, atendendo aos seguintes critérios:

Estas famílias deveriam ser compostas de forma a representar um arranjo familiar diferenciado, pré-estabelecido, conforme abaixo.

- Família Extensa.
- Família Nuclear.
- Família Monoparental.
- Família Homoafetiva.
- Família Reconstituída.

O entrevistado foi o membro que se identificou como a pessoa de referência da família.

As famílias poderiam ou não estar inseridas em alguma instituição existente no bairro.

As famílias foram selecionadas pelas equipes das instituições que as atendem, e como não foi possível seguir a risca os critérios pré-estabelecidos, já que dependíamos da intermediação da instituição, realizamos a coleta de dados com 1 família extensa, 2 famílias nucleares, 1 família monoparental feminina, 1 família monoparental masculina, 1 família reconstituída e 1 família homoafetiva.

As entrevistas foram realizadas com a colaboração de duas equipes do PAF que atendem nas organizações contatadas por intermédio da equipe de Serviço Social do CRAS Cidade Ademar, mediante agendamento prévio na instituição, ou no domicílio do sujeito identificado, com a sua devida autorização, e na companhia do agente da equipe disponibilizado para aquela atividade.

Apenas no caso da família homoafetiva que se dispôs a participar da pesquisa, foi aberta uma exceção devido aos horários de trabalho, e a manifestação da vontade das duas pessoas de estarem juntas no momento da entrevista e de que a companheira também pudesse opinar sobre o assunto, o que considerei ser importante para o resultado da pesquisa. Neste caso, exclusivamente, foi marcado um horário num dia de domingo na parte da manhã, no próprio domicílio.

Todos os critérios para uma pesquisa científica foram seguidos, desde a orientação aos participantes sobre o desenvolvimento e os objetivos da pesquisa, bem como a autorização através do Termo de Consentimento Livre (ANEXO B), e as demais regras referentes à ética profissional e cuidados que requer uma pesquisa com seres humanos.

As informações coletadas nas entrevistas serão analisadas, segundo as questões propostas no objetivo geral e específico do projeto, com base no material teórico consultado no decorrer do trabalho, possibilitando assim responder às hipóteses levantadas para este estudo.

2.4 Apresentação dos Resultados

Ao desenvolver este trabalho com as famílias, como não poderia deixar de acontecer, a coleta de dados e o contato com as pessoas, resultaram em uma experiência muito interessante e enriquecedora.

Como o nosso estudo pretende compreender os diferentes modelos de família, envolvendo a sua formação enquanto núcleo, seus aspectos relacionais e a interação desta instituição com a sociedade, houve um grande volume de informações, como já destacado, muito rico, e principalmente do ponto de vista das subjetividades, com uma presença importante destas nas entrelinhas.

Durante as entrevistas foi possível observar a tristeza e a solidão em uma pessoa; a revolta e o desânimo em outra; a alegria, o otimismo e a segurança em outras; o dinamismo e a determinação em outras, e ainda conformismo e a apatia em algumas.

É importante frisar que estes sentimentos às vezes mudam na mesma pessoa, dependendo do assunto abordado no momento, por exemplo, ao falar das questões de trabalho, dinheiro e sustento da família evidencia-se o desânimo e tristeza; sobre as leis e direitos destaca-se a revolta, no entanto quando se fala da família e da defesa de seus membros, seja de que forma for, a reação de todos é sempre muito parecida e o sentimento percebido é a união de forças e proteção.

Ao iniciar esta análise, destacamos por estes modelos de organizações familiares que foram sujeitos da nossa pesquisa, que nas entrevistas, nem sempre foi possível se definir um chefe ou um representante “exclusivo” da família, ou seja, um indivíduo que comande tudo sozinho, a exemplo da família patriarcal.

Pelas respostas colocadas pela pessoa que se apresentou como chefe ou pessoa de referência naquele núcleo, foi possível notar que elas não se sentem confortáveis em tal posição, até prefeririam ser ajudadas por alguém da família na hora das tomadas de decisões mais importantes, e que o fazem porque as outras pessoas da família não participam ou não tem condição para tal. De modo geral, pudemos perceber que se sentem sozinhas e assumem esta responsabilidade para não deixar a vida familiar ficar à deriva.

É o caso da representante da família extensa, que diz que o pai e a mãe, ainda vivos, deveriam continuar comandando a casa, por serem em sua visão, os chefes do núcleo familiar.

“(...) porque é assim: enquanto a gente tem pai e mãe vivos, eles deveriam ser os chefes”. (Família extensa).

Esta idéia de conjunto é observada nas respostas da maioria das entrevistas, e até para o caso do representante da família monoparental masculina, que disse consultar os filhos antes de tomar as decisões importantes para a família. Neste caso, demonstrando maior flexibilidade na autoridade e poder na vida familiar, formato comum na atualidade.

Este comportamento vai mostrar que em diversas situações eles preferem dividir as responsabilidades com o grupo familiar, e isto só não acontece naqueles casos em que o entrevistado é sozinho, vive com crianças e não tem com quem contar, mas diz que se pudesse contar com outra pessoa da família, sua vida poderia ser bem mais fácil.

Ainda nesta idéia de conjunto ou coesão, grupo familiar, união, proteção e segurança, parece ser a mesma busca em todas as organizações, independente do modelo em que estão constituídas.

Para elas, a perspectiva da existência de diferentes modelos é uma visão de fora para dentro, ou seja, da sociedade, pois nas várias colocações que fizeram, disseram viver e se ver no seu dia a dia da mesma forma que todas as famílias vivem, e que apenas quando vão lidar externamente com a comunidade e/ou sociedade é que estas “diferenças são apontadas”, ex. nos órgãos públicos, nas questões dos direitos, do trabalho e financeiras, entre outros.

Observa-se, no entanto que nos modelos nucleares estas questões não são valorizadas, ou pelos menos não se atentaram para tal fato, o que nos leva a uma análise mais direta no sentido de compreender se o modelo nuclear por si só já lhe garante uma maior proteção diante destas questões sociais.

Para podermos conhecer os diferentes modelos familiares pesquisados, apresentaremos o perfil traçado a partir dos dados de identificação dos sujeitos da pesquisa e de seu núcleo familiar.

Tabela 01 - Identificação dos Sujeitos da Pesquisa

Modelos	Sexo	Idade	Estado Civil	Nº de entrevistadas (os)	Naturalidade
Extensa	F	54	Solteira	01	MG
Nuclear casada	F	30	Casada	01	SP
Nuclear U.E.**	F	30	União estável	01	SP
Monoparental M	M	63	Viúvo	01	AL
Monoparental F	F	33	Solteira	01	BA
Homoafetiva *	F	29/38	Solteiras	02	SP
Reconstituída	F	61	Casada	01	SP
Total				08	

*Nesta família foram entrevistadas os dois componentes do núcleo familiar a pedido da entrevistada.

**Os termos família nuclear casada e família nuclear união estável, foram utilizados em respeito à forma como a representante da união estável se identificou, e para a diferenciação de ambas nas discussões sobre cada núcleo.

Segundo esta tabela pode-se identificar a presença de uma maioria feminina. Acreditamos que este fato tenha ocorrido principalmente pelos sujeitos da pesquisa ser usuários do PAF onde se desenvolvem várias atividades de atendimento às famílias, através dos programas sociais. Neste, podemos verificar que a maioria dos usuários que procuram estas unidades são mulheres e mães que geralmente o fazem sozinhas ou por indicação de outras mulheres. Destacamos ainda, que nos programas de transferência de renda, o responsável pelo núcleo familiar para o recebimento do benefício preferencialmente são as mulheres.

Pode-se identificar também, na mesma tabela traços do processo de migração, ou seja, pessoas que vêm de outros estados para São Paulo, em busca de trabalho e melhores condições de vida. Entretanto, destacamos a predominância de sujeitos nascidos em São Paulo.

Tabela 02 - Situação Sócio-Econômica

Modelos	Escolaridade	Profissão	Emprego	Renda Familiar
Extensa	Superior Inc.	Professora	Não	R\$ 1.090,00
Nuclear EU	Médio Inc.	Do Lar	-	R\$ 1500,00
Nuclear casada	Médio Inc.	Do Lar	-	R\$ 1000,00
Monoparental M	Fundamental Inc.	Serv. Gerais	Não	?
Monoparental F	Fundamental Inc.	Doméstica	Não	R\$ 540,00
Homoafetiva	Superior	Contadora	Sim	R\$ 1.200,00
Reconstituída	Médio	Aux. Enf.	Não	R\$ 3000,00

Fazendo uma correlação entre a origem dos sujeitos, a situação de escolaridade, a condição de emprego e renda familiar, tem-se um retrato da condição social na qual se inserem estas famílias.

Nesta pequena mostra é possível perceber que a questão da escolaridade e renda familiar se encontra em uma melhor posição para os sujeitos da região sudeste, em relação aos das outras regiões. O que vai refletir numa melhor situação de emprego e renda para estes casos, e que por isso vai mostrar no decorrer da pesquisa uma menor dependência destas famílias dos serviços oferecidos pelas instituições que prestam serviços sociais.

Tabela 03 - Moradia e Número de Componentes nas Famílias

Modelos	Casa	Grupo familiar (no. de pessoas)
Extensa	Própria	12
Nuclear EU	Própria	5
Nuclear casada	Própria	5
Monoparental M	Própria	3
Monoparental F	Aluguel	2
Homoafetiva	Aluguel	2
Reconstituída	Própria	6

Nesta tabela tem-se uma maioria dos sujeitos que afirmam possuir “casas próprias”, no entanto, é importante pontuar que embora muitos tenham pago pelo espaço onde construíram as suas casas, dificilmente demonstram ter documentos de posse, como escrituras definitivas, pois como se trata de uma região onde o processo de habitação foi se desenvolvendo de forma desordenada e em região de mananciais (conforme consta nos dados do território), na maioria dos casos, na região há terrenos que pertencem, por direito, ao Estado e estas casas então estariam em situação irregular.

Estas famílias que declaram possuir casa própria são as que se apresentam em condições privilegiadas, em relação à maioria da população que mora em áreas de vulnerabilidade social. Neste caso, se destacam as famílias nucleares e a reconstituída, pois têm na sua formação algumas vantagens sobre as outras, como por exemplo: todas moram em casa própria (Tabela 03), e pelo menos um dos

membros está empregado (Tabela 02), o que garante uma maior segurança com relação à renda familiar.

2.4.1 Análise e Interpretação dos Dados

Após a identificação dos sujeitos pesquisados e do perfil traçado, apresentaremos a análise e interpretação dos dados de forma a destacar os pontos relevantes para o desenvolvimento deste estudo.

A análise será desenvolvida por eixos temáticos para um melhor aproveitamento dos dados coletados, bem como, para facilitar a compreensão dos resultados.

Neste sentido, apresentaremos cinco eixos de discussão, sendo eles: **Concepção de família; Dinâmica familiar; A relação familiar com a sociedade; Políticas sociais e direitos; Sonhos e expectativas.**

- **Concepção de família**

Por se tratar de um grupo na faixa etária entre 30 e 60 anos aproximadamente, apesar da distância entre as idades não foi observada grande diferença, quando se trata de conceituar a família e os seus sentimentos.

Todos mencionam uma forma aproximada do modelo idealizado, como padrão na sociedade e se dizem diferentes dele pela ausência de alguns de seus parâmetros, como a estrutura material e emocional, a falta de união, o compromisso e os cuidados esperados de uns com os outros. Isto fica claro no discurso da representante da família extensa, quando fala sobre a sua visão de que uma família ideal deve ter o pai e a mãe presente, como forma de autoridade e organização dos papéis familiares.

(...) Eu acho que uma família é composta por pai, mãe e filhos. Prá ela ser uma família ideal, acho que ela tem que ter uma estrutura, no caso a minha não tem estrutura. Prá minha família ser uma família ideal falta estrutura tanto emocional, como social e até material... Acho que é assim: ela tem os membros que compõem, mas não tem a estrutura que faz com que seja uma família, principalmente nessa coisa de renda familiar. A gente começou a ouvir essa coisa de renda

familiar nos programas, que soma o que todo mundo recebe e divide a quantidade pelos membros. E isto não acontece, é cada por si e Deus por todos. (Família extensa).

A princípio, o que deixa transparecer através da escuta e da observação, é que se a família fosse “*estruturada*” não haveria a necessidade de precisar do Estado, e, portanto, percebemos a expressão do sentimento de desamparo, impotência e culpabilização da família, pela forma com que se organiza, como se houvesse um padrão a ser seguido e que o fato de haver problemas, ou não atender a essa expectativa, essa determinada organização familiar se distancie de um modelo ideal.

Segundo a representante da família nuclear (união estável) e da reconstituída, é possível observar que a união, a harmonia e a colaboração são os elementos importantes para a manutenção do vínculo familiar, sendo atributos de destaque que antecedem inclusive a questão material.

(...) Tem que ter amor, carinho, tem que tá todo mundo unido. Família, primeiro tem que ter união, depois vem os filhos, o convívio todo dia, tem que ter harmonia. Mas prá mim família é união. (Família nuclear união estável).

(...) É uma união de criaturas com o mesmo ideal, mesmo amor... Caminhando junto, um ajudar o outro, um favorecer o outro nas horas difíceis que a gente tem... e que são muitas, né! (Família reconstituída).

Embora exista a dimensão prioritária dos sentimentos relacionados à vida familiar, percebemos que na maioria dos casos, as famílias têm a expectativa de que para se ter uma família, é necessário o planejamento, e nesse sentido, é preciso ter uma casa para morar e condições para criar os filhos. Pelas colocações destas famílias é possível notar que elas contam na maioria das vezes e nas horas difíceis, apenas com os recursos do seu próprio núcleo, e até se sacrificam além de suas possibilidades para não depender do Estado.

(...) Uma família tem que ter uma estrutura... Uma casa prá morar, tem que ter condições financeiras de criar os filhos. E tem que ter união, harmonia. Quando a gente vai ter uma família, a gente tem que pensar antes..., porque precisa ter condições para manter tudo isso. (Família nuclear).

Pode-se observar nas **famílias monoparentais e homoafetiva** uma forma diferente de conceituar a família, porém com o mesmo ideal de união e modelo, apenas pela identificação da incidência de maiores dificuldades de se colocarem na sociedade, seja pela forma com que se organizam, no caso união homoafetiva, ou pelas mudanças ocorridas em suas vidas, no caso da monoparental.

(...) É uma cultura da família do conjunto dentro de casa... é um conjunto que a gente constrói prá ter uma alegria dentro da nossa casa. (...) Tanto tenho com meus filhos, minha família como tenho com meus vizinhos. (Monoparental masculino).

(...) Família seria a união de várias pessoas onde se respeitam se apóiam uns com os outros, onde há carinho, respeito, consideração. Família prá mim é isso. (Monoparental feminina).

(...) É uma pergunta complexa e às vezes até difícil de responder. Antigamente se pensava mesmo na família pai, mãe e filhos... tudo bonitinho, independente se tinha sentimento ali de amor... de felicidade. Eu acho que hoje é mais isso... o amor que você tem pela pessoa que você convive, o respeito, a cumplicidade, o companheirismo. Tanto é que hoje eu me considero mais família da minha mãe do que quando nós morávamos juntas e de que quando ela morava com o meu pai, por exemplo. Era uma situação bem conturbada entre todos. (Homoafetiva feminina).

(...) Família é exatamente isso que ela já falou. Eu prezo muito pai e mãe, e uma coisa que me incomodava era à distância das duas (mães), mas eu falei que isso era com o tempo. Família prá mim é cumplicidade, é você ter carinho pelas pessoas. Não precisa ser só família porque mora dentro de casa, um vizinho, um amigo que você tem às vezes é mais família prá você do que sua própria família. Família prá mim é isso, pai, mãe, carinho, cumplicidade e respeito. (Homoafetiva, fala da companheira).

Nesses discursos pudemos notar que existe um conceito ampliado de família, incluindo não só os laços sanguíneos ou parentais, mas também, a rede de relações de afeto, amizade e vizinhança, ou seja, faz parte da família aqueles com quem se pode contar e com quem se mantêm relações de reciprocidade.

Observa-se nestas colocações a mesma idéia de carinho, amor, união, amizade e paz, com a abertura para as relações comunitárias. Enquanto nos modelos nuclear e reconstituído há uma aparente visão da família centrada nas relações consangüíneas e no fortalecimento daqueles laços constituídos na família atual, sem grande importância para a família extensa ou para as relações comunitárias.

- **Dinâmica familiar**

Para os casos das **famílias nucleares e reconstituídas**, observa-se que de uma determinada forma as responsabilidades sobre os papéis familiares são divididos. Mas, mantém-se um modelo conservador onde o homem identificado como o provedor, e a mulher é responsável pela administração da casa e familiar. O homem é o responsável em providenciar tudo aquilo que a família precisa para o seu sustento, como no modelo tradicional. O novo, e contraditório nestes relatos, é que a mulher se diz a responsável pela família, porque é quem cuida dos seus destinos desta, dividindo a autoridade “meio a meio” com o marido, porém não se dividem nestes casos, as tarefas domésticas.

(...) O provedor é o marido... ele ajuda muito com as atividades externas. Porque com as crianças não dá prá fazer sempre. Em casa quem administra todo o restante sou eu, a casa, pequenas compras, necessidades dos filhos, escola, passeios, etc. (Nuclear casada).

(...) O provedor é ele. E eu cuido de tudo dos assuntos internos da casa, mas tomamos as decisões sempre juntos. (...) Meu marido trabalha fora e não ajuda em casa. Eu falo até que ele é meio machista, porque ele diz que ele já trabalha fora e não tem que ajudar em casa. E que a casa é trabalho meu. Eu não discuto por isso, eu já vivo com ele há muitos anos e a gente continua assim, eu faço as coisas e ele trabalha... e tá tudo certo. (Nuclear união estável).

(...) Organizadora da família sou eu, a união da família, pelo amor que une a família, encaminhamento da família sou eu. Quem dá a palavra final, toma as decisões nos assuntos da família sou eu. Agora manter financeiramente é o marido, sem dúvida nenhuma, porque aqui às vezes uma pessoa pode estar desempregada, mais um ajuda, e ele (o marido), está sempre na frente quanto a isso... Cada um vai pro seu lado e acaba ficando tudo prá mim. Cada um tem seu trabalho, mas financeiramente eles colaboram (sobre os filhos). (Reconstituída).

Nota-se aí que a colaboração dos maridos com as atividades da casa e da mulher são quase inexistentes, e que como homens e provedores, não existe o questionamento desta posição.

Outra curiosidade é a faixa etária das entrevistadas das famílias nucleares (ambas 30 anos) e da família reconstituída (61 anos). Embora exista uma diferença de idade importante entre as gerações, se percebe a repetição da mesma forma de

aceitação de uma situação posta culturalmente, como nos apresenta a autora Szymanski sobre a autoridade e os papéis familiares de homens e mulheres dentro da família:

(...) aceitaram, como verdade estabelecida, a relação baseada na hierarquia e subordinação, poder e obediência... (Maturana 1993:35), (...) com a autoridade masculina no topo e conseqüentes relações entre desiguais. Aceitaram fixar o mundo externo como espaço masculino e a casa como feminino. (Szymanski, 1995).

Quanto à relação familiar e como se vêm na sociedade atual, observam-se formas bastante interessantes de se colocar, pois há famílias que se vêm como diferentes e o fazem por motivos especiais e bem inusitados:

A família extensa pontuou a diferença existente em sua família pela ausência de autoridade do pai e da mãe:

(...) Eu acho que é diferente, porque é assim: enquanto a gente tem pai e mãe eles deveriam ser os chefes. (...) Hoje eu sei que... assim... se eu fosse mãe de família e tivesse dois irmãos ou mais discutindo, principalmente adultos, eu diria: “olha, enquanto estiverem debaixo do meu teto, tem que seguir a lei e a cartilha que eu leio, quem não estiver contente, já está adulto, vai viver a sua vida. (Família extensa).

A família nuclear em união estável se avalia como “diferente” porque tem uma família “jovem, unida, sempre muito alegre e divertida”, e se compara a outras famílias, avaliando que a maioria que conhece não vive dessa forma:

(...) Acho que é porque a gente formou muito jovem, eu tinha 17 anos e ele 19, e aí já vêm os filhos, então a gente é muito criança assim ainda. A gente conversa muito... a gente conversa junto com as crianças, a gente vê muito filme junto, e a gente conversa bastante. E tem outras pessoas que eu converso e eu vejo as famílias não são assim. Então eu acho que a minha é diferente um pouco. (Família nuclear união estável).

Dentro da imagem de família colocada por esta representante, é interessante perceber o quanto a sua percepção passa por uma visão romântica, de que a vida familiar deve estar relacionada à concepção de felicidade e de ajuda mútua, com a ausência de conflitos, que nos traz a reflexão que em seu discurso é possível notar um processo ideológico cultuado principalmente pela indústria midiática em

propagandas e anúncios publicitários na direção de um padrão ou um modelo idealizado.

Já a **família reconstituída** se diz diferente porque são muito unidos:

(...) Eu acho um pouco diferente. É diferente porque aqui um se dói pelo outro, um procura ajudar o outro, e muitas vezes eu não vejo isso nos meus vizinhos, essa união, essa aceitação, essa compreensão um com o outro, porque família é isso, um precisa compreender o outro, entender para que possa ser ajudado. (Família reconstituída).

Quanto aos que se colocaram como iguais, é importante pontuar o relato da representante da **família homoafetiva**, que vai identificar um comportamento social numa busca de se colocar o mais próximo possível do que vemos neste estudo como uma idealização do modelo nuclear tradicional, modelo este mais facilmente aceito pela sociedade:

(...) A gente tem que pontuar... Porque principalmente aqui no bairro nós temos vários exemplos de gente que vive bem, então, eu não me considero diferente não, porque tem amor, tem carinho, que se dedicam às casas, que tomam conta de suas casas... E tem outros exemplos que eu até falo que são um casamento moderno, que cada um faz o que quer, como quer, vai onde quer... aí eu me considero diferente, mas não é pela formação não, é pelo modo como vivem entre eles.(...) (a companheira complementa) O que eu acho não tem muita diferença do que ela já falou. É assim, nós somos uma família. (...) (Família homoafetiva).

E também na divisão dos papéis familiares adotam um comportamento semelhante, a pessoa que trabalha fora é a provedora, é quem se apresenta nas questões da família e se manifesta em primeiro lugar, enquanto a companheira cuida da casa, das questões do dia a dia, e também nas falas, parece sempre atuar de forma complementar, embora da mesma forma que os outros modelos da pesquisa, frisem que as responsabilidades e decisões são compartilhadas.

(...) Quando eu trabalho fora, durante a semana é ela que toma conta da casa, do almoço, da janta e da limpeza. Mas a gente tenta organizar pro final de semana quando estamos as duas. Assim ela fica com a limpeza da casa e eu prefiro lavar a roupa e até cozinhar, mesmo porque ela já cozinha a semana toda. Se eu chego cedo do trabalho, eu ajudo também. A gente até divide em função do horário disponível de cada uma. (Família homoafetiva).

- **A relação familiar com a sociedade**

Quanto à relação do grupo familiar com a comunidade onde vive e no seu entorno, todos sem exceção mencionaram uma boa convivência com a vizinhança, contam sempre com o apoio desta, e da mesma forma demonstram disponibilidade para colaboração, caso se faça necessário, em algum momento da vida. Observa-se nas falas até certo orgulho quando afirma poder contar com a ajuda dos vizinhos e também por poder ajudar.

(...) Graças a Deus, muito bem. Tenho amizades, procuro me relacionar com todos. Tenho o apoio de todos quando preciso, eles dão testemunhos sobre a minha família. É onde a gente encontra maior apoio e ressonância é na comunidade. Com toda esta problemática, a gente procura se relacionar e ser muito honesto. A nossa vida não é uma coisa fechada a sete chaves não. (Família extensa).

(...) Tenho um bom conhecimento com os vizinhos, não tenho malquerenças com ninguém. Se a pessoa precisa de mim eu estou sempre disposto, colaboro. (Monoparental masculino).

(...) Bem, muito bem por causa do serviço do meu marido, a gente conhece bastante os vizinhos. (Nuclear união estável).

(...) Bem. Com todos sem exceção. (Família reconstituída).

Seguindo esta observação temos o caso das famílias, **extensa e monoparental** que contam com este apoio da comunidade para a complementação da renda familiar e principalmente para a manutenção de alimentos para a família:

(...) Atualmente eu faço reciclagem, mas é por conta. Vou aos domicílios e recolho material com o carrinho. Recolho pet, papelão, alumínio, ferro e levo tudo para o ferro velho... É com muita dificuldade para conseguir algum dinheiro. (...) Alimentos, a gente está se alimentando através de cestas básicas... de vários lugares, de pessoas que não vão usar e doam... de pessoas onde recolho material e outros. Não tenho uma fixa, pode ser que não receba de ninguém também. Aí, a gente só completa com o que faltar. (Família extensa).

(...) Apenas a renda dos filhos. (...) Eles me dão algum dinheiro para ajudar nas compras e contas e às vezes eles não dão... E eu recebo ajuda da igreja, cesta básica e às vezes alguns trocados e então, eu pago as contas de água, luz. (Monoparental masculino).

Nestes casos, vemos que mesmo as famílias participantes dos programas sociais específicos, não conseguem obter das políticas públicas disponíveis pelo Estado, condições que lhes permitam suprir as suas necessidades básicas, ficando na dependência das redes sociais criadas nas comunidades e no espírito de ajuda e colaboração das pessoas.

Quanto à **família homoafetiva** é possível notar que esse tipo de arranjo familiar, encontra situações de conflitos desde a sua constituição, sendo o primeiro enfrentamento social a tentativa de aceitação do relacionamento por sua família de origem,

(...) A primeira e a maior discriminação é a da família. Ela xinga, humilha, aborrece e te vira as costas. Então você tem que ponderar muito sobre o que vale a pena. Se briga com a família inteira, vira as costas do jeito que ela fez, e fica com a pessoa que você escolheu e que é melhor prá você, ou se abre mão dessa pessoa e fica com a família. Tem que ponderar muito esta situação... Era bem difícil lidar com esta situação com a minha mãe, foram dois anos de muita batalha, muita luta, nós nem sentamos com ela prá tentar explicar essa situação, ela mesma é que foi buscar ajuda e foi se aproximando mais, entendendo, e foi melhorando o nosso relacionamento. (Família homoafetiva).

A mãe buscou ajuda junto a uma equipe do PAF, existente na comunidade e pode-se notar uma mudança em seu entendimento a partir das intervenções desse serviço.

(...) **A companheira acrescenta:** A nossa maneira ajudou muito a aproximação da mãe dela, a entender. Hoje ela respeita muito mais, por que ela viu como a gente vive, que não é como falam por aí, elas hoje são amigas, e temos um bom relacionamento com todos e é super tranquilo por causa disso.

Na dinâmica familiar e no convívio com a comunidade, observa-se que seguem adotando uma posição de não se expor, e de manter uma imagem coerente com a escolha de se posicionar diante da família e da comunidade, também dentro de um padrão que seja aceito socialmente, pelo menos aparentemente.

(...) Procuramos respeitar as pessoas que estão à nossa volta, principalmente as pessoas de idade e crianças. Se a gente está num lugar público, por exemplo, numa parada gay que a gente vá e tem crianças, se tem pai que gosta de levar... e eu acho que é legal, que incentiva, que ajuda a mostrar que não tem nada de mais... Então a gente está no nosso ambiente, aí eu acho que não tem nada de mais

em andar abraçada ou se de repente dá um beijo... Agora se a gente está num lugar público onde a maioria é heterossexual e preconceituosa, então a gente respeita né, sempre junto. Então a gente respeita muito... (Família homoafetiva).

Demonstram tranqüilidade ao tratar do assunto preconceito e discriminação na sociedade, mas no decorrer da entrevista o que fica evidente é que elas procuram o tempo todo se colocar com muito cuidado quando vão lidar com as questões externas.

(...) Pouquíssimas situações, só uma vez, uma senhora no ônibus, ela percebeu que a gente tinha uma ligação a mais. Eu pedi prá segurar a bolsa dela e ela quase me deu uma bolsada na cabeça.

(...) **A companheira completa:** Mas esta questão é assim mesmo, há pessoas e pessoas. E se você quiser também ser agredido... Por exemplo, se eu pego ela e agente fica se amassando na rua, é lógico que a gente é mal vista. A gente mora num bairro que a maioria é masculina, então se agente não quer ser agredido, tem que respeitar o espaço dos outros. Porque você já tá agredindo as pessoas lá fora com seu modo de andar, de agir e de falar. Eu gosto muito de lugar familiar, nós temos o nosso cantinho, nosso momento, e isso foi uma das coisas que ajudou na aproximação com a mãe dela, a família dela. Eles vieram aqui e eles começaram a perceber que não era aquela coisa que as pessoas falam... A gente tem a nossa postura, temos nosso vizinho, eles são super família, já tem uma relação com a gente. Então assim, isso prá mim é saudável, e não eu ter de ficar brigando o tempo todo porque é meu direito. Se eu não me comportar bem, eu vou bater de frente, que direito... O meu direito vai até onde começa o direito do outro. (Família homoafetiva).

Há nestas falas a impressão de se proteger para não ser alvo de discriminação, e ao mesmo tempo, é perceptível forte julgamento moral quando se referem a pessoas que mantêm relações homoafetivas e possuem comportamentos variados dos quais elas repudiam e até se afastam.

(...) **Fala da companheira...** Eu acho legal a parada gay, assim essas coisas... Só que eu acho muito agressiva, eu vejo pessoas ali que eu jamais andaria junto, por mais que eu também fosse a opção sexual deles. Tem muita coisa ali que se até no homem a gente acha feio e a gente vai fazer igual... Então tem que saber onde você pode e onde não pode. Ali eu vejo muita coisa desrespeitosa, que eu repudio mesmo, muita coisa que não é prá mim. Às vezes é até por causa do comportamento dessas pessoas que tem muitos preconceitos com relação à gente... (Família homoafetiva).

- **As políticas sociais e os direitos**

Com relação aos direitos sociais e serviços públicos disponíveis, percebemos a inclusão social da maioria das famílias, excepcionalmente nos relatos das famílias nucleares e reconstituída há uma inclusão “parcial”, pela situação privilegiada em que se colocam, em relação à grande maioria. Porém, quando afirmam ter convênios médicos e usar transporte público “apenas às vezes”, demonstram ter que se desdobrar para garantir uma qualidade de vida, ainda que se privasse de muitas outras regalias para conseguir isso. Foi possível notar que essas pessoas raramente se sentem desrespeitadas ou desamparadas pelo Estado.

Nestes modelos, as famílias se sentem amparadas em suas próprias “estruturas” e o que lhes dá esta segurança é a possibilidade de contar com algum membro da família incluído no mercado de trabalho. Percebe-se também, que o fato de se constituírem à semelhança de um modelo familiar idealizado, promove um discursos de auto-suficiência e que quando buscam algum serviço relacionado às políticas sociais, o fazem como meio de obter informação, conhecimento, aprendizado, ou principalmente como um canal de socialização e uma forma de pertencimento social.

(...) Participo das reuniões sócio educativas e pretendo participar dos cursos oferecidos. (Nuclear casada).

(...) Participo das reuniões socioeducativas e gosto muito do que aprendemos lá. (Nuclear união estável).

Diferentemente os arranjos da **família extensa e monoparental**, que por fazerem parte dos altos índices de vulnerabilidade social, quando procuram os serviços oferecidos pelo Estado, o fazem em busca de ajuda em vários setores da sua vida.

Nestes casos, observamos a ausência do Estado onde deveria ocorrer a garantia mínima dos seus direitos e isso, poderia produzir uma mudança considerável na vida destas pessoas. Destacamos, que até em momentos onde elas se sentem desrespeitadas pelo Estado e pelos órgãos que as representam, não se sentem em condições de fazer as cobranças devidas, tal é o grau de descontentamento e desconfiança em que vivenciam em suas realidades. Preferem

mais uma vez, buscar formas de sobrevivência por seus méritos próprios, como doações de instituições religiosas, grupos de apoio, da comunidade, entre outros.

O quadro de vulnerabilidade social, principalmente nestas famílias, está explícito ao juntarmos os dados das tabelas aos relatos, à escuta e observação, utilizados no contato com os participantes deste estudo.

Iniciando pelo nível de escolaridade, destacamos que uma maior escolarização seria um dado que poderia mudar a condição de empregabilidade para estas famílias e que resultaria em uma melhora na renda familiar.

Como vemos, o quadro é totalmente desfavorável para a família extensa e para a monoparental, o que também não favorece às outras, pois nos casos em que se percebe uma maior renda familiar e/ou algumas pessoas empregadas, verifica-se também um grupo familiar numeroso, o que certamente significa maiores gastos para o seu sustento.

Aos que alcançaram alguma escolaridade, esta lhes permite conhecimento sobre os seus direitos como cidadãos, mas não lhes garante a segurança em reivindicá-los.

Isto está presente nos relatos da família extensa, onde se pode observar no decorrer da pesquisa que, mesmo de posse de muitas informações legais que a entrevistada demonstrou, e de sua boa articulação, ela não consegue resultados positivos em suas reivindicações. E, parece se justificar o tempo todo enfatizando um antigo e doloroso histórico de discriminação racial e social que se agravou no período em que estava na faculdade.

(...) Na verdade eu tive depressão desde a adolescência. Toda vez que eu ia ao médico, ele recomendava tratamento e eu não aceitava. E aí, com os problemas que eu tive na faculdade de discriminação de raça e de nível social... Aí eu não consegui lidar com isso... (Família extensa).

Ao ser pedido mais detalhes sobre a forma desta discriminação ela continua

(...) Prá desenvolver atividade em grupo. Porque justamente a matéria que eu fiquei em DEP foi a matéria que eu não vi no segundo grau, por isso não conseguia acompanhar porque eu não tinha base. (Família extensa).

(...) Dos professores e dos colegas. (Família extensa).

Sobre os direitos legais, e o direito de serem respeitados na justiça, alega ter sofrido mais discriminação:

Na justiça: (...) Eu acho que não porque quando eu comecei a acompanhar o processo do meu irmão, uma das coisas que eu procurei provar é aquelas coisas de direito, que ele trabalhava, que tinha endereço fixo, sempre estudou, tinha acabado de participar da demissão incentivada, estava recebendo o seguro desemprego e por isso não tinha necessidade de se envolver em um assalto. Aí senti a primeira discriminação... a gente tem um amigo que é professor de psicologia social da USP. O juiz chegou prá ele e disse “muito me admira o senhor que é professor de psicologia social da USP, defender um bandido”. Então, eu sinto aí uma discriminação racial e social também, a racial é a maior, porque o meu irmão por ser negro e pobre não podia ser defendido por alguém que conhecia a nossa família de perto. “E tudo que a gente podia conseguir de prova, cartas de colegas de trabalho, de amigos, documentos e outros, nada foi considerado”. (Família extensa).

E discorre ainda, sobre mais discriminações

No trabalho: (...) Quando trabalhava na escola fui discriminada pela diretora em duas situações. Por ser negra e por não ser concursada nem formada. (Família extensa).

Sobre seu trabalho como educadora: (...) A minha vida toda. Em obra assistencial, instituição filantrópica e contratada do serviço público em escola estadual no bairro. “Cheguei a fazer um quinquênio no Estado, pedi exoneração por causa de discriminação racial”. (Família extensa).

Na saúde, como minha irmã tem esquizofrenia e um dos filhos dela tem suspeitas de ter o mesmo problema da mãe. Uma profissional duvidou da doença do menino, dizendo que não pode afirmar que ele tenha a mesma doença só porque a mãe é doente. E por isso, o juiz não deu a autorização para o tratamento dele na região onde pertencemos. Então, eu busquei ajuda no local onde eu faço terapia, com os profissionais que me atendem no PSF de outra região, e eu acompanho o tratamento dele. (Família extensa).

Tem-se nesse relato uma imagem do que se inicia lá atrás quando está colocado por esta entrevistada a forma que ela vê como “estrutura familiar”, e que diz não ter existido em sua família. Esse aspecto parece determinar o sucesso ou o fracasso deste núcleo, trazendo para si a responsabilização.

Ao ser indagada sobre por que o pai se afastou do controle da família, ela diz:

(...) Por causa do alcoolismo... Ele sempre bebeu, e prá ele o suficiente era colocar comida dentro de casa, isso era ser pai e não

existia um vínculo emocional no sentido de interferir nas desavenças entre os irmãos, tanto que os irmãos vivem em contenda, não é de agora, desde pequenos a gente nunca conseguiu fazer com que os oito irmãos falassem entre si, a gente nunca conseguiu isso. Hoje eu sei que... assim... se eu fosse mãe de família e tivesse dois irmãos ou mais discutindo, principalmente adultos, eu diria: “olha, enquanto estiverem debaixo do meu teto, tem que seguir a lei e a cartilha que eu leio, quem não tiver contente, já está adulto, vai viver a sua vida, pois aqui dentro eu não aceito um ficar sem falar com o outro”. (Família extensa).

Tem-se a percepção de um desamparo familiar, atribuído às figuras parentais desde a infância, e que na avaliação da entrevistada seria responsável pelo início das suas dificuldades, que acabou culminando nos seus fracassos da idade adulta.

Neste caso ainda é forte a sensação de fracasso e perda, pois se observa que a pessoa buscou fazer algo para mudar a sua condição de vida e da sua família e não obteve sucesso, e que por vezes experimentou uma melhor qualidade de vida, tendo de viver agora esta difícil realidade.

(...) Não tenho tido mais vida social devido a situação emocional que estou vivendo já há doze anos. E as crianças pedem muito, por causa disso a gente consegue uns 20%, (de lazer), elas quase não saem. (Família extensa).

(...) Eu sou artesã, tudo o que você imagina eu faço, sou muito criativa. “Hoje não me sinto em condições de seguir nenhuma rotina, eu tenho que estar em constante mudança”. Participo das reuniões sócio-educativas, nas oficinas eu vim, mas não consegui ficar. Faço muitas coisas, mas eu sinto que neste momento está faltando um estímulo prá eu colocar em prática estas coisas. Preciso de um estímulo prá voltar a fazer meus trabalhos, escrever minhas poesias, pintar minhas telas... Meu sonho seria isso, um sonho bem pessoal. Faço muito artesanato com as minhas reciclagens, mas estou sem estímulo. (Família extensa).

Ao perguntar sobre qual o tipo de estímulo que ela precisaria e de que forma, ela diz:

(...) Eu acho que este estímulo seria externo. Gosto de desenvolver oficinas, já participei de grupos de cooperativas. Preciso de atividade física, quando fazia hidro na antiga estação da lapa me sentia estimulada. Agora preciso voltar a fazer novamente, acho que isso poderia ser um início de estímulo. (Família extensa).

Essa é situação que ela externa depois de muito sofrimento, como uma forma de buscar ajuda, embora manifeste às vezes uma posição de vítima alternada com crítica e acomodação.

Entre os arranjos familiares, as famílias **monoparentais**, são aquelas que vêm aumentando significativamente ao longo dos anos, na sociedade brasileira. Nestas, há a incidência de um alto índice de empobrecimento e a maioria são chefiadas pelo sexo feminino.

Esta vulnerabilidade vai se acentuar em conseqüência das condições econômicas onde o quadro escolaridade, trabalho e renda deveriam resultar em melhores condições de moradia, acessibilidade, saúde, lazer, etc.

A representante da família **monoparental feminina**, uma mãe de 33 anos, solteira, que reside sozinha, com baixa escolaridade, doméstica que não pode trabalhar, já que precisa cuidar da filha de 9 anos que é dependente (cadeirante), mora de aluguel em dois cômodos numa área de periferia, recebia o auxílio do bolsa família, mas perdeu o direito quando a filha passou a receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

(...) Eu recebia o auxílio do bolsa família, mas cortaram por causa do benefício da minha filha, dizem que eu não posso receber os dois.

(...) “interessante né, eu não posso receber e tem gente que trabalha, ganha bem e recebe. Até hoje eu não me conformo com isso”.
(Monoparental feminino).

Inicia-se aqui uma fotografia de parte da nossa sociedade e das disparidades das nossas políticas públicas. Tanto no caso da monoparental feminina, como na masculina, há pouco ou quase nada de conhecimento sobre os seus direitos, e quando há as pessoas não sabem a quem recorrer e com quem contar.

Também percebemos em seus discursos, às vezes, tom queixoso e de indignação quanto a estas questões, mas de forma geral, notamos certa acomodação ou conformismo, que encobre talvez a vergonha por estar nesta situação (de vulnerabilidade); como se fossem “os únicos” culpados pela situação vivenciada.

Sobre as condições de saúde e o tratamento da filha que lhe dá direito ao benefício, a representante monoparental feminina explica:

(...) Ela tem Múltipla Deficiência: Neutropenia Congênita, Microcefalia e Paralisia Cerebral. É cadeirante. (Monoparental feminino).

A filha faz tratamento contínuo e a cada três meses a mãe a leva para uma consulta especial, de ônibus e sozinha, com a filha no colo. A filha faz fisioterapia e frequenta duas escolas especiais durante toda a semana. Para as escolas, a mãe conta com o serviço do “Atende”, (serviço de transporte da Prefeitura Municipal para pessoas portadoras de deficiência), porém para o tratamento de fisioterapia que é uma vez por semana, a mãe não conta com nenhum tipo de ajuda, e explica:

(...) O atende não leva para o tratamento... ele só pode levar pra dois lugares diferentes, não leva prá três.

Ao ser indagada como faz para levar a filha ao tratamento semanalmente, informa que a leva nos braços, de ônibus, e toma três conduções para ir e três para voltar.

E quando questionada sobre a percepção em relação a ser respeitada pelos órgãos públicos que prestam serviços às famílias, (dentro das condições até aquele momento expostas na entrevista), responde:

(...) Sim, pelos serviços do SUS, do PSF com os agentes comunitários, no hospital onde levo minha filha o atendimento é muito bom também. Mas no transporte público não, pelos passageiros que não tem consciência e até pelos motoristas que tratam mal as pessoas. Também já precisei de socorro prá minha filha na rua, pedi ajuda aos policiais e fui ajudada por eles.

Nos relatos do representante monoparental masculino (61 anos), que mora com um casal de filhos adultos de 23 e 28 anos, também foi possível notar um posicionamento parecido com a representante monoparental feminina.

Comentou que sempre trabalhou como auxiliar de serviços gerais, e sobre a sua situação de emprego atualmente, ele diz:

(...) Sim, procurei, cheguei a enviar currículos e não apareceu... Eu me considero uma pessoa inútil... né, passou a minha idade e eu não consegui mais emprego. Eu me considero desempregado. Ainda não aposentado. (Monoparental masculino).

E ao ser perguntado como ele se sentia nesta situação, qual era a sensação que esta situação lhe passava, ele responde:

(...) Não passa sensação nenhuma né... por que a vida nossa é assim... você trabalha numa empresa, é mandado embora, passou da idade, não há emprego. Eu não vou ficar triste, não vou me desesperar não, aí eu vendo latinha... e faço alguma coisa prá ter uma renda, né...(Monoparental masculino).

Sobre as questões de aposentadoria e se recebe algum benefício, nota - se uma desesperança:

(...) Não recebo não. Eu já fiz a inscrição do benefício, estou aguardando para receber uma ajuda de custo do ação família. De 2005 até 2008 eu fiquei encostado pelo INSS por problemas de saúde, depois eu ia e os médicos davam alta, aí eu não recebi mais. Eu recebia e a minha mulher também recebia o dela separado. Depois que ela morreu eu não recebi mais. (Monoparental).

Indagado se a sua família conta com algum tipo de ajuda do estado:

(...) Não recebo. A gente é ser humano... então a gente conta com uma vontade do governo, por que a gente sai a procurar e não encontra. Então a gente conta com alguma coisa que o governo dê prá gente, espera poder receber alguma coisa... (Monoparental masculino).

Quanto às providências para a aposentadoria ou benefício, ele menciona ter feito o pedido através de uma advogada, para isso teve que pagar quatro meses de contribuição, e sobre as possíveis despesas com a advogada ele justifica:

(...) Pagar a gente paga né? Por que tudo no mundo hoje em dia é pago, mas ela falou que o auxílio doença ela não cobra. Entrei com o auxílio doença prá depois entrar com a aposentadoria. E continua: nem a carteirinha de idoso eu consegui receber, já dei entrada cinco vezes e foi reprovado. (Monoparental masculino).

Procurando entender sobre os caminhos que ele utilizou para dar entrada na documentação, se fazia sozinho ou se pedia a ajuda de alguém ele diz:

(...) Não pedi nada não. Sempre faço sozinho. Tive informação do rapaz do Sptrans que neste ano, com a entrada, eu consigo pegar a carteirinha. (Monoparental masculino).

Ao ser questionado sobre sentir-se respeitado pelos órgãos públicos, o representante monoparental responde que sim mesmo diante de todas estas dificuldades em que vive, e somente pela insistência na pergunta, ele reconsidera a situação e emite uma opinião com relação ao atendimento que recebe dos serviços públicos:

(...) Atender, eles me atendem, mas não agem, recebo o atendimento, mas não tenho um resultado... Eu acho que é um desrespeito, por que pela minha idade, pelo que eu já corri atrás e sempre estou correndo, sou atendido e não tenho resultado. (Monoparental masculino).

Em ambos os casos foi possível perceber que eles não se reconhecem efetivamente como cidadãos de direitos, sabem que tem algum direito, mas adotam um comportamento de espera, que alguém, ou algo possa vir em sua ajuda, mas não como resultado daquilo que está na lei e sim como favor, ainda que sejam através dos próprios órgãos públicos.

Passando à análise sobre a representação da **família homoafetiva** principalmente sobre as questões de direito, pode-se observar um bom nível de conhecimento por parte da entrevistada, principalmente pelo seu nível de escolaridade, mas o que percebemos é que esse fato, não a diferencia dos outros casos, quando se trata de exercer os seus direitos junto aos órgãos competentes. A princípio o que se percebe é a ausência de confiança na garantia desses direitos, principalmente nos órgãos públicos e na sociedade em geral.

Ao serem indagadas sobre o uso de algum serviço oferecido pelo Estado, e de se sentirem reconhecidas e respeitadas:

(...) Não, nada. Na saúde se precisar a gente corre pro SUS... Porque prá tudo você precisa de um documento oficial, e na relação homoafetiva não existe este documento oficial. "Não digo nem desrespeitada, mas não dá nem prá ser reconhecida". Esse ano é que mudou com relação ao imposto de renda. No ano passado fiquei na dúvida porque eu tinha que declarar, em muitas coisas que compramos foi com a renda dela para completar. Ela tinha que declarar isenta porque a renda era menor. E eu precisava declarar, mas não podia colocar coisas que foram compradas com a renda

das duas. Tive que tomar muito cuidado prá não fazer errado. Agora este ano é que mudou a regra e você pode colocar o seu companheiro no imposto de renda”. (Família homoafetiva).

E sobre a existência do documento para legalização da união...

(...) Eu acredito que é preciso apresentar uma espécie de certificado, um ofício do cartório, não sei como chama, mas é só para comprovar. Ele existe também para fins de convênio médico, pode ser utilizado se eu quiser acrescentar ela como minha dependente eu preciso apresentar este documento. É como se fosse uma certidão de casamento, mas não é reconhecida, é só para essa situação. (Família homoafetiva).

(...) Não, porque é muito caro. Só tem um cartório que emite este documento aqui em São Paulo e custa R\$ 500,00. Por motivos financeiros, é muito caro... **A companheira complementa...** Mas se a gente não foi buscar ainda é por questões financeiras mesmo, se não fosse isso a gente já teria ido buscar rapidinho. (Família homoafetiva).

Sobre a necessidade de utilizar outros serviços públicos e não conseguirem, elas relatam nunca ter ido atrás, por não sentirem necessidade.

Quanto ao reconhecimento legal das uniões homoafetivas e sobre o interesse delas por este assunto foram taxativas...

(...) Não. Porque o Brasil é muito atrasado nisso daí, e é uma coisa que até acabaria nos chateando porque se vê que não tem futuro próximo, então o melhor é deixar o barco correr do jeito que tá. É lógico que quando tem algum interesse... Nesse caso, eu fui atrás deste documento porque ele é reconhecido judicialmente, ele garante a parte jurídica ao outro no caso de falecimento ou separação, então é prá quem tem bens, ele é mais viável por conta disso. Conforme a necessidade ou interesse nosso eu corro atrás, caso contrário não. (Família homoafetiva).

(...) Essa coisa de casamento padrão que nem eles falam, se você mora cinco anos com a pessoa, você já tem direitos, independente se você casou ou não... A questão é por causa disso mesmo... O que acontece é que entre uma relação homoafetiva e uma relação tradicional você precisa provar muito mais coisas que no relacionamento tradicional, então você acaba se desgastando e desgastando o relacionamento muito mais. (Família homoafetiva).

Há uma descrença na evolução das leis do país com relação aos direitos das pessoas que vivem em uniões homoafetivas.

- **Sonhos e expectativas**

Depois de tantas perguntas e respostas para se resgatar as histórias destas famílias e de suas relações sociais, analisando diferenças e igualdades, é importante verificar que para a grande maioria os sonhos não são diferentes.

Em se tratando de famílias, o que se verifica é que quase sempre os sonhos não existem fora do núcleo, ou seja, como a maioria das entrevistadas são mulheres, embora o sonho do único entrevistado do sexo masculino, talvez por ser o substituto da presença feminina no lar não tenha sido diferente. Todos fazem questão de mencionar que não existe um sonho isolado no grupo, e se existe um sonho individual, ainda assim, fica claro que a realização deste, só será buscada se os resultados forem em benefício dos membros da família e até mesmo da comunidade, como nas falas que seguem:

(...) O meu maior sonho era conseguir um conforto melhor para todos, á partir do espaço físico. Uma casa para estas doze pessoas e que fosse confortável. (...) Prá mim: eu sou artesã, tudo o que você imagina eu faço, sou muito criativa. Preciso de um estímulo prá voltar a fazer meus trabalhos, escrever minhas poesias, pintar minhas telas... Meu sonho seria isso, um sonho bem pessoal. Faço muito artesanato com as minhas reciclagens, mas estou sem estímulo. (Família extensa).

(...) Das duas é a casa própria, o convívio das duas famílias, trazerem o filho dela prá morar junto, porque pai e mãe são importantes e a gente sempre vai sentir falta. (...) Sonho em fazer um cruzeiro e trabalhar na área de contabilidade.

Companheira: (...) Um emprego legal, decente, onde eu possa me realizar profissionalmente, porque pessoalmente eu estou realizada, mas profissionalmente não, e é o que me deixa mais triste. (...) Minha preocupação pessoal com o filho dela, eu tenho certeza que se ele vier prá cá, ele vai ser mais feliz, mais alegre e vai viver melhor. É que se ele vier e ver como nós vivemos, vai mudar a forma que passaram para ele sobre a nossa relação. (Homoafetiva).

(...) Meu sonho é terminar meus estudos, fazer fisioterapia não só prá ajudar minha filha, mas também ao próximo, e ser massoterapeuta. E prá nós eu queria uma casa, ver minha filha andar, e uma escola que ajudasse no desenvolvimento dela. (Monoparental feminina).

(...) O meu sonho é ter os dois (filhos) junto comigo, ver eles casados e terem uma casa prá eles. O dia que eles construírem suas famílias eles tem um chão prá fazer uma casinha prá eles, que é este que eu

já consegui prá eles. E outro sonho é eu ter um recurso prá me manter, só isso. (Monoparental masculino).

(...) Para o grupo: terminar a construção da casa. Poder dar uma boa educação para os filhos, e que eles se formem para poder ser alguém.

Individual: terminar os estudos e conseguir algo para si. (Nuclear casada).

(...) Para a família o projeto é de terminar a casa. Prá mim,... eu sou muito da minha família, gosto demais de estar com eles. Mas eu penso muito em fazer um curso de cabeleireira ou de manicure, que às vezes eu já faço prá algumas pessoas próximas. (Nuclear união estável).

(...) O sonho da gente é se melhorar sempre, procurar evoluir a mente o coração da gente prá melhorar também para a outra pessoa, o próximo, porque a gente se melhorando pode ajudar mais as outras pessoas. A gente está sempre pensando que quer as coisas melhores, mas não procura fazer com que melhore aquilo, mas tem que começar por nós, pela nossa família, para que a gente melhorando, a vizinhança possa olhar e dizer: nossa, como são unidos, são bons prá gente e se dão bem com todos, prá querer também melhorar. O ser humano precisa mudar o mundo e prá mudar o mundo precisa começar por nós. (...) Sonho particular não. O meu sonho eu já consegui, que era criar os meus filhos direitinhos, estar aqui participando com eles. O sonho de toda mãe é ver eles bem, deixar eles melhor pro mundo. É, o sonho de cada mãe e pai é este. Agora sonho de riqueza, isso não! (Reconstituída).

Pode-se observar que através dos sonhos destas famílias, elas demonstram suas formas de posicionar dentro da sociedade sempre numa visão do bem estar coletivo independente das adversidades que enfrentam em seu cotidiano, como é o caso da representante monoparental feminina, que diante de todas as dificuldades que enfrenta ainda consegue incluir em seu sonho individual o desejo de ter uma profissão com a qual possa colaborar para o bem estar de sua filha e de outras pessoas.

Embora se observe também nas demais famílias que os sonhos sejam em função do seu núcleo, e a partir dele para a sociedade, é importante verificar em suas falas também o desejo e a esperança de que todas as conquistas da sociedade promovam mudanças que resultem num mundo melhor, de paz e harmonia para todos.

Talvez e só por esta causa se justifique uma observação: “todas as famílias em sua essência sonham iguais”, e nestas, como não poderia deixar de ser, todos

os sonhos se resumem num desejo de viver em comunidade no seu mais amplo sentido, sem diferenças e com possibilidades iguais, enfim, tudo isso, em um sentimento de pertencimento.

De modo geral, nestas famílias, o que se verifica é que há todo um empenho dedicado em buscar um comportamento o mais próximo possível de um modelo ideal, predominante na sociedade, como se fosse preciso ser desta forma, para ser aceito e só assim se sentir como parte desta mesma sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento do presente estudo foi possível constatar que as famílias transformam e são transformadas pela sociedade, a partir das mudanças sociais, econômicas, políticas, culturais, entre outros.

Compreendemos que durante a existência das organizações familiares nunca existiu uma única maneira de se organizar esses arranjos. Estes foram se flexibilizando e se alterando ao longo da história. A família sofreu e sofre a influência de diferentes instituições, com destaque para o Estado e a Igreja.

Na atualidade percebemos uma diversidade de arranjos familiares, embora exista a presença de um modelo ideal a ser seguido, o exemplo da família nuclear. Nota-se grande ênfase neste modelo, pelas filosofias religiosas, pelos programas governamentais, pela indústria midiática, pela ideologia dominante, entre outros.

A partir deste modelo tradicional pode-se dizer que ainda é possível identificar a predominância deste modelo idealizado, e que as demais organizações existentes, mesmo que em suas características específicas, ainda se manifestam de forma a utilizar esta idealização como norteadora para a vida em sociedade.

Este fato se percebe pelas colocações das entrevistadas quanto à conceituação e identificação da sua família em relação às outras existentes na sociedade, estas o fazem com o foco sempre direcionado a este modelo, instituído socialmente. Mesmo com consciência de sua situação, estas famílias sempre se espelham no modelo tradicional, e procuram formas e comportamento semelhantes, isto possivelmente como uma maneira de serem mais facilmente aceitos socialmente.

Quanto a se sentirem estigmatizadas pela sociedade, pode-se dizer que esta colocação é identificada nos casos em que estes arranjos familiares apresentam condições de pobreza acentuada (família extensa, monoparental feminina e masculina e homoafetiva), o que não significa que deixem de sofrer preconceitos ou discriminação.

Entre as diferentes famílias foi possível distinguir questões econômicas de diferentes níveis, ficando claro que, aquelas que estão em melhores situações (nuclear, união estável e reconstituída) são as que procuram se organizar dentro da

sociedade por seus próprios meios, pois se fossem esperar ajuda de órgãos públicos não conseguiriam.

Diante deste perfil dos entrevistados e dos dados coletados é importante destacar que todas as famílias mantêm algum vínculo institucional (órgãos governamentais e não governamentais), direta ou indiretamente, e que através destes, recebem algum tipo de retaguarda, quer seja pela inclusão em programas de transferência de renda, ou ainda, por atendimentos diretos, ações socioeducativas, intervenções familiares, entre outros. Entretanto, notamos que a oferta de serviços ainda é insuficiente as reais necessidades dessas famílias.

Quanto à culpabilização devido às formas diferenciadas de se organizar como família perante a sociedade, em momento algum é percebido este sentimento, ao contrário, fica claro que por escolhas próprias ou por circunstâncias involuntárias, todas as pessoas entrevistadas têm consciência de sua condição e dentro de suas possibilidades procuram desenvolver mecanismos de crescimento individual e familiar visando sempre uma qualidade de vida melhor. Talvez por isso algumas delas adotem uma postura de espera e de não reivindicação, aguardando que as coisas melhorem naturalmente para todos.

O que justifica dizer também, que todas, sem exceção, demonstraram ter conhecimento das responsabilidades que o Estado tem para com elas, e que este deveria cumprir devidamente o seu papel, o que não acontece. Embora tenham conhecimento acerca dos seus direitos, expressaram as dificuldades encontradas para o seu alcance, e principalmente de serem ouvidas pelos órgãos competentes, ou pela falta de conhecimento sobre “onde” buscar a garantia de cidadania. Deixam claro que na grande maioria das vezes o Estado as reconhece através das leis colocadas no papel, conquistadas a partir de muitos movimentos sociais ao longo dos anos, mas não as respeita a partir do momento em que não lhes possibilita o acesso aos direitos que essas mesmas leis garantem.

Neste aspecto pode ser observada como ponto positivo a presença do Serviço Social, através dos atendimentos do PAF, na atenção a estas famílias, e mais efetivamente nos relatos da representante da família homoafetiva e da família monoparental feminina, onde se evidencia esta participação com resultados, não como uma forma de soluções, mas de modo a viabilizar parte da garantia dos direitos, a partir das políticas sociais.

Há um misto de emoções presente nas falas das pessoas, como já observado na análise, é possível observar em cada caso um mesmo desejo de proteção à sua família como único ponto de real importância, e para isso o que falta é a participação e a atenção do Estado efetivamente, através de seus equipamentos destinados ao atendimento a todas as famílias.

O processo de desenvolvimento da sociedade contribuiu apenas em parte para uma nova visão acerca destas novas organizações familiares, pois numa observação mais detalhada é possível perceber uma divisão, em momentos determinados, há uma aparente aceitação da sociedade, (mais especialmente em locais públicos), e outras vezes não, quando se trata de locais privados. Percebe-se, portanto, que temos uma sociedade em processo de evolução na aceitação das diferentes formas de viver em família, porém com traços de preconceito e discriminação ainda em vários aspectos.

É possível verificar na atualidade, dentro destas organizações familiares, a presença de modelos tradicionais, modernos, reconstituídos, entre outros, com aspectos diferentes, mas semelhantes por seus valores tradicionais, suas relações de afeto, suas formas de viver com o compromisso de cuidado e responsabilidade com o outro.

Nessa perspectiva acreditamos que os projetos e programas destinados às famílias, bem como, os profissionais assistentes sociais devam estar atentos, pois “as famílias contemporâneas” devem ser pensadas no plural e necessitam ser consideradas em suas particularidades e multiplicidades, não havendo um modelo padrão.

Entender os fatores presentes neste processo deve ser a meta principal do Serviço Social, da sociedade e do Estado para que esta família que se apresenta na contemporaneidade se sinta reconhecida e respeitada, e que de fato as políticas sociais estejam voltadas a beneficiá-las como sujeitos de direitos e cidadania, e não apenas como mais uma forma de exclusão social.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**/ Philippe Ariès; tradução de Dora Flakman. 2.ed, Rio de Janeiro: LTC, 2006.

CARVALHO, M. C. B. A Priorização da Família na Agenda da Política Social. In: Kaloustian S. M. (Org.). **Família Brasileira A Base de Tudo**. 9ª Edição. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 2010. P.93-108.

CARVALHO, M. C. B... et al. **Serviços de Proteção Social às Famílias**. 2ª Edição. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais da Puc, 1998.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva – 41 ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008. (Coleção Saraiva de legislação).

GENOFRE, R. M. Família: uma leitura jurídica. In: Carvalho, M. C. B. (Org). **A Família Contemporânea em Debate**. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 1997. p. 97-104.

GUEIROS, Dalva A. Família e proteção social: questões atuais e limite da solidariedade familiar. **Revista Serviço Social e Sociedade**, v. 23, nº71,2002, p. 102-121.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PARA O SERVIÇO SOCIAL: coletânea de leis, decretos e regulamentos para a instrumentação da(o) assistente social/organização Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo, 9ª Região – 3ª ed. ver. atual. ampl. até dezembro de 2007 – São Paulo: O Conselho, 2007.

MEDEIROS, M. D. G. L. DE. **Novos Arranjos Familiares: Inquietações Sociológicas E Dificuldades Jurídicas**.
<http://www.ufrn>.
Acesso em 22/09/2010

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 7ª ed. São Paulo: 2000.

MIOTO, R. C. T. **Trabalho com Famílias: um desafio para os Assistentes Sociais**. Revista Virtual Textos e Contextos, nº 3, dezembro 2004.
<http://revistaseletronicas.pucrs.br>
Acesso em 20/04/2011.

MIOTO, R. C. T. **Família, trabalho com famílias e Serviço Social**.
<http://www.ssrevista.uel.br>
Acesso em 20/04/2011.

ROCHA, Ruth; PIRES, H. S. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Scipione, 2005.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A Família Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SARTI, C. A. Famílias Enredadas. In: Acosta, A. R.; Vitalle. M. A. (orgs.). **Família: Redes Laços e Políticas Públicas**. 5ª Edição. São Paulo: Cortez, 2010.

Silva, F. M. **Antigos e Novos Arranjos Familiares: Um Estudo das famílias Atendidas Pelo Serviço Social**.

http://www.franca.unesp.br/interno_artigos_ss.php.

Acesso em 05/09/2009.

SZYMANSKI, H. Família: Seus Desafios e Direitos (1). In: GIOVANETTI, V. A. (Org.). **Família: Reflexões e Possibilidades**, São Paulo: PMSP. UNISA. S. S.M 2005. P. 15-19.

SZYMANSKI, H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Revista Serviço Social e Sociedade**, v.23, n.71, p. 09-25, 2002.

SZYMANSKI, H. **Trabalhando com Famílias**. Caderno de Ação nº 01. São Paulo: Cortez, 1992.

TERUYA, M. T. **A Família na Historiografia Brasileira. Bases e Perspectivas Teóricas**. In: XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2000. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000>.

<http://www.abep.nepo.unicamp.br>

Acesso em 22/09/2010.

Sites pesquisados:

<http://afinsophia.wordpress.com/2009/03/07>

Acesso em 21/01/2011.

www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/feminismo/feminismonobrasil.php.

Acesso em 21/01/2011.

http://www.proz.com/kudoz/english_to_portuguese/law_patents/170476-foster_home.html 30/01/2011)

<http://www.artigonal.com/doutrina-artigos/familia-homoafetiva-2830507.html>.
30/01/2011

<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1091/A-desestrutura-familiar-e-os-institutos-da-familia-substituta-e-da-guarda-sob-a-otica-do-ECA>.
30/01/2011

<http://www.nossasaopaulo.org.br/observatorio/regioes.php?regiao=13>
Acesso em 29/04/2011.

<http://www.espacoaberto.org.br>

Acesso em 29/04/11.

<http://grupofazdeconta.blogspot.com/2009/05/memora-cultural-fortalece-lacos-no.html>

Acesso em 03/05/11.

www.cidadeademar.com.br

Acesso em 05/12/2010.

www.prefeitura.sp.gov.br

Acesso em 05/12/2010.

Visitações:

Unidade do CRAS, Coordenadora do Serviço de Assistência Social, Subprefeitura de Cidade Ademar, em 07/12/2010.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL CRÊ-SER Unidade do PAF Cidade Júlia, distrito de Cidade Ademar, em fevereiro de 2011.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL ESPAÇO ABERTO Unidade do PAF Jardim Niterói, distrito de Cidade Ademar, em fevereiro de 2011.

ANEXO A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA

- Nome:
- Idade:
- Sexo:
- Estado civil:
- Naturalidade:
- Escolaridade:
- Com quem reside:
- Casa própria ou aluguel:
- Renda familiar:
- Profissão:
- Situação de emprego atual:
- Origem da família?
- O que é para você uma família?
- Como é composta a sua família?
- Qual é o grau de parentesco ou a ligação que existe entre as pessoas que formam a sua família?
- Você considera sua família igual ou diferente das demais, e por quê?
- Quem é a pessoa que se apresenta como provedor e organizador na família?
- Como são distribuídas as responsabilidades na família?
- A sua família conta com algum tipo de serviço oferecido pelo Estado, como saúde, educação assistência social ou outros? Se positivo, quais?

- Vocês se sentem reconhecidos e respeitados pelos órgãos públicos que prestam serviços às famílias? Por quê?
- Como a sua família se relaciona com as outras famílias da vizinhança?
- E em lugares diferentes, não comuns no seu dia a dia?
- Já houve alguma situação em que sentiu discriminação com a sua família?
- Quais os espaços públicos que a família costuma utilizar em seu tempo livre, para lazer, cultura, etc?
- Quais são os sonhos que a família tem para o seu grupo? E individuais, há algum?

ANEXO B – TERMOS DE CONSENTIMENTO



Universidade de Santo Amaro

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa Os Novos Arranjos Familiares e a Sociedade no Século XXI.

No caso de você concordar em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador (a) ou com a instituição.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço do pesquisador (a) principal, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

NOME DA PESQUISA: Os Novos arranjos familiares e a Sociedade no Século XXI.

PESQUISADOR (A) RESPONSÁVEL:

ENDEREÇO.

TELEFONE.

ESQUISADORES PARTICIPANTES.

PATROCINADOR:

OBJETIVOS: Esta pesquisa busca conhecer as novas formações familiares da atualidade, a sua participação e importância dentro desta sociedade.

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: Ao concordar, você deverá participar de uma entrevista gravada, e responder a uma série de perguntas relacionadas ao modelo de

família ao qual a sua família está inserida. Teremos encontros marcados antecipadamente, e os resultados da entrevista serão registrados em meu Trabalho de Conclusão de Curso, e farão parte dos estudos desenvolvidos sobre as famílias, pelos alunos da Universidade de Santo Amaro (UNISA).

RISCOS E DESCONFORTOS: Não haverá nenhum risco ou desconforto para o entrevistado ao participar desta entrevista. Para evitar possíveis constrangimentos, o entrevistado ficará livre para não responder, caso julgue alguma pergunta inconveniente ou invasiva.

BENEFÍCIOS: Esta pesquisa contribuirá com material para mais estudos a cerca das famílias que formam a sociedade moderna, e sua condição sócio-econômica, visto que são poucos os estudos divulgados atualmente neste aspecto, ou seja, todas estas novas formações familiares são a própria sociedade. Mais estudos farão com que estas famílias sejam mais vistas e reconhecidas em seus direitos e necessidades junto aos órgãos públicos.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: Como participante da pesquisa, o entrevistado não arcará com nenhum gasto pelo motivo da participação, bem como não receberá nenhuma quantia em valores ou qualquer espécie de reembolso ou gratificação.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Para garantir a privacidade dos entrevistados, os dados confidenciais como informações pessoais etc. que forem colhidos por ocasião da pesquisa serão mantidos em sigilo, e somente divulgados aqueles que forem relacionados aos objetivos da pesquisa.

Assinatura do Pesquisador Responsável: _____



Universidade de Santo Amaro

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO
SUJEITO

Eu, _____, portador do RG: _____ e CPF: _____, declaro que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informado pela pesquisadora dos procedimentos que serão utilizados, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso dos participantes, confidencialidade da pesquisa, concordando ainda em participar da pesquisa.

Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

São Paulo, 13 de março de 2011.

(Nome por extenso)

(Assinatura)

ANEXO C – ORGANIZAÇÕES E SERVIÇOS (CRAS – CIDADE ADEMAR)

ORGANIZAÇÕES E SERVIÇOS DO CRAS CIDADE
ADEMAR
2010

Distrito de Cidade Ademar

1- Centro Popular de Defesa dos Direitos Humanos Frei Tito de Alencar Lima.

End.: Rua Jacinto Paes, 57 - Americanópolis

CEP: 04338-090

Fone: 5622-1259

Site: cpdhfreitito.org.br

E-mail: cpddhfreitito@superig.com.br

E-mail: freitito@cpddhfreitito.org.br

PRES.: Antonio José Gomes-

e-mail: toni.j.gomes@hotmail.com

SERVIÇOS

- **Frei Tito de Alencar Lima - Centro para criança e centro para adolescente**

End: Rua Jacinto Paes, 57-Americanópolis

CEP: 04338-090

Fone: 5622-1259

Cap: 130

F.Et: de 6 à 15 anos

Hor. Atend.: 7:00 as 18:00 horas – 2ª a 6ª feira

Gerente: Angelina Almeida dos Santos

- **Frei Tito de Alencar Lima - Centro de Convivência Missionária.**

End: Rua Anália Maria de Jesus x Rua Antonio Pinto Azevedo, s/nº Jd. Domitila

CEP: 04385-110

Fone: 5678-7260

Cap: 120 famílias

F.Et: à partir de 18 anos

Hor. Atend.: 8:00 as 17:00 horas – 2ª a 6ª feira

Gerente: João Francisco Paes

E-mail: conviver@cpddhfreitito.org

2- Centro de Assistência Social Reino da Criança

End.: Rua Florinda Mouzo Bermudez, 06, Americanópolis

CEP: 04414-070

Fone: 5621-5661 / Fax: 5621-5661

Site: www.csareinodacrianca.org.br

e-mail: casreinodacrianca@hotmail.com

PRES.: Adriana B. Rezende Rebolo

SERVIÇO

- **Reino da criança - Centro para criança e centro. para adolescente**

End: Rua Florinda Mouzo Bermudez,06 - Americanópolis

CEP: 04414-070

Fone: 5621-5661

Cap: 120

F.Et: de 6 à 15 anos

Hor. Atend.: 8:00 as 17:00 horas – 2ª a 6ª feira

Gerente: Rita de Cássia da Silva

3- Entidade de Promoção e Assistência Social “Espaço Aberto”

End.: Rua Diogo Arias,51 – Jd. Miriam- Cid. Ademar

CEP: 04417-060

Fone: 5621-5427

e-mail: entidadeespacoaberto@terra.com

PRES.: Jorge Feres Neto

Procurador: Maria Cecília Herjes Mattos Apostolopoulos

SERVIÇOS

- **Centro Comunitário Espaço Aberto Núcleo de Convivência para Idoso**

End: Rua Diogo Arias, 51 - Jd. Miriam – Cidade Ademar

CEP: 04417-060

Fone: 5621-5427 e 56215661

Cap: 120 idosos

F.Et: acima de 60 anos

Hor. Atend.: 8:00 as 17:00 horas – 2ª a 6ª feira

Gerente: Elaine Aparecida de Souza

- **Vila Portela Núcleo de Convivência para Idoso**

End: Av. Batista Maciel, 105 Vila Portela (Distrito Pedreira)

Cep: 04459-110

Fone: 56215727 (fone sede)

Cap: 60

F. Et: acima de 60 anos

Hor. Aten.: 2ª a 5ª feira – 8:00 as 12:00 hora e 6ª feira das 13:00 as 17:00 horas

Gerente: Maria Aparecida Souza Lima

✱ • **PAF – Programa Ação Família**

End.: Rua Peixoto de Melo Filho, 397 - sala 8 Jardim Niterói
 Cep: 04432-170
 Fone: 5612-5750
 E-mail: crafespacoaberto@hotmail.com
 Cap.: 1200 famílias
 F. Etar.: não há limite de faixa etária
 Hor. Atend. : 8:00 as 17:00 horas – 2ª a 6ª feira
 Gerente.: Andrea Argolo

4- Obra Social Santa Rita de Cássia

End.: Rua Pedro Rodrigues Beja , nº 75, Vila Joaniza
 CEP: 04403-300
 Fone: 5562-1945 – 5625-4343
 e-mail: obrasocialsantarita@ig.com.br
 PRES. Pe. José Carlos de Souza Carvalho

SERVIÇOS

• **Jd. São Carlos - Centro para criança e Centro para adolescente**

End: Rua José Santana Teixeira, 201/209 - Jd. São Carlos
 CEP: 04433-190
 Fone: 5625-6473
 E-mail: ccajdscarlos@hotmail.com.br
 Cap: 120
 F.Et: de 6 a 15 anos
 Hor. Atend: 8:00 as 17:00 horas – 2ª a 6ª feira
 Gerente: Roseni Aparecida da S. Rocha

• **Centro Educacional São Francisco de Assis - Centro para criança e Centro para adolescente**

End: Gertrudes Kappel, 14 - Jd. São Carlos
 CEP: 04429-270
 Fone: 5625-3383
 E-mail: ccasaofrancisco@yahoo.com.br
 Cap: 120
 F.Et: 6 a 15 anos
 Hr. Atend.: 8:00 as 17:00 horas – 2ª a 6ª feira
 Gerente: Rodrigo Alves Purim

- **Centro de Educação Vida e Convivência Santa Rita - Centro para criança centro para adolescente**

End: Rua Pedro Rodrigues Beja, 75 Vila Joaniza
 CEP: 04403-300
 Fone: 5563-4701
 E-mail: ccavidaeconviencia@hotmail.com.br
 Cap: 120
 F.Et: de 6 à 15 anos
 Hor. Atend.: 8:00 as 17:00 horas – 2ª a 6ª feira
 Gerente: Irene da Cruz

5- Seara Bendita Instituição Espírita (pertence à Subprefeitura SA)

End.: Rua Demóstenes, 834, Campo Belo
 CEP: 04614- 014
 Fone: 5533-5172 ramal 210(diretoria)
 Site: www.searabendita.ogr.br
 e-mail:administracao@searabendita.org.br
 PRES.: Walter Rogério Elvécio Marchesano

SERVIÇO

- **Seara Bendita Instituição Espírita Centro para criança e centro para adolescente**

End: Av.Yervant Kissajikian,2858 - Vila Missionária
 CEP: 04428-000
 Fone: 5621-7065 93066878 (Beth)
 E-mail: cras@searabendita.org.br
 Cap: 180
 F.Et: de 6 à 15 anos
 Hor. Atend.: 8:00 as 17:00 - 2ª a 6ª feira
 Gerente: Vanderli Luiza Dias

6- GAOS- Grupo Assistencial Os Samaritanos

End.:Rua Jurimanás, 111, Jd. Niterói
 CEP : 04434- 060
 Fone: 5613-6898 e 55898469
 Site: www.gaos.org.br
 e-mail: gaoscreche@yahoo.com.br
 PRES.: Sérgio Tadeu Diniz

SERVIÇO

- **GAOS – Grupo Assistencial Os Samaritanos - Centro para criança e centro para adolescente**

End: Jurimanas,111 - Jd.Niterói
 CEP: 04434-060
 Fone: 55898469 e 5613-6898
 E-mail: gaoscreche@yahoo.com.br
 Cap: 90
 F.Et: de 6 à 15 anos
 Hor. Atend.: 8:00 AS 17:00 horas - 2ª a 6ª feira
 Gerente: Maria Eunice A. Pereira

7- Associação Comunitária Despertar

End. : Rua Antonio Machado Sobrinho, 220 Jd. Vilas Boas
 CEP: 04416-070
 Fone: 5621-0901 Fax
 Site: www.despertar.org.br
 e-mail : despertar@despertar.org.br
coordenacaoprojetos@despertar.org.br
 PRES.: Maria de Lourdes Egydio Villela

SERVIÇOS

- **Despertar - Centro para juventude I**

End: Rua Antonio Machado Sobrinho,nº 220 -Jd.Vilas Boas
 CEP: 04416-070
 Fone fax: 5621-0901
 E-mail: despertar@despertar.org.br
 Cap: 150
 Faixa etária: de 15 à 18 anos
 Hor. Atend.: 8:00 AS 17:00 horas
 Gerente: Marly Colaço Figueiredo

- **Despertar - Centro de Convivência Conveniado**

End: Rua Antonio Machado Sobrinho,nº 220 Jd. Vilas Boas - Cidade Ademar
 CEP: 04416-070
 Fone: 5621-0001
 e-mail: despertar@despertar.org.br
 Cap: 60
 Faixa etária: acima de 18 anos
 Hor. Atend.: 8:00 as 17:00 – de 2ª a 6ª feira
 Gerente: Elizângela Cardozo Babolin

8- São Paulo Woman's Club (pertence à Subprefeitura Pinheiros)

End. : Rua Bela Cintra, 1380 Cerqueira Cesar

CEP: 01415-001

Fone: 30882214 e 3063-4817

Site: www.centrocastelinho.org.br

e-mail : spwomansclub@uol.com.br

PRES.: Romilda Venturini Tucci

SERVIÇOS

- **Centro Comunitário Castelinho - Centro para criança e centro para adolescente**

End: Rua José Alves Fidalgo,170 - Americanópolis

CEP: 04428-020

Fone: 5621-7809 e 5622-7634

E-mail: centrocastelinho@terra.com.br

Faixa etária: de 6 à 15 anos

Cap. : 120

Hor. Atend.: 8:00 as 17:00 horas 2ª a 6ª feira

Gerente: Roberto Pereira Mendes

- **Centro Comunitário Castelinho Centro para juventude I e II**

End: Rua José Alves Fidalgo,170 -Americanópolis

CEP: 04428-020

Fone: 5621-7809 e 5622-7634

Cap: 90

Faixa etária: de 15 à 24 anos

Hor. Atend.:

Gerente: Maria de Lourdes de Souza

- **Centro Comunitário Castelinho Núcleo de Convivência para Idosos**

End: Rua José Alves Fidalgo, 170 V. Missionária

CEP: 04428-020

Fone: 5621-7809

Cap: 120

Faixa etária: acima de 60 anos

Hor. Atend.: 8:00 as 17:00 horas

Gerente: Erica Santos de Oliveira

- **Núcleo de Proteção Especial (N.P.E) Castelinho**

Rua José Alves Fidalgo, 170 Americanópolis

CEP: 04428-020

Fone:5621-7809

Cap. 120 adolescentes

Faixa etária: de 12 à 18 anos

Hor. Aten.:

Gerente: Gislene Moreira de Alcântara

9- Associação Beneficente Providência Azul (pertence à Subpref. JA)

End. :Rua dos Grumixamas, 465 Parque Jabaquara
 CEP:04349-000
 Fone:5011-6916 fax
 e-mail:sebpa.sp@uol.com.br
 PRES.:Aneli Maria Merini

- **Centro Social Esperança – Centro para criança e centro para adolescente**

End: Rua José Antonio Martins,347 – Vila São Paulo
 CEP: 04651-070
 Fone: 5563-8951
 Email: cse@ig.com.br
 Cap: 90
 Faixa etária: de 6 à 15 anos
 Hor. Atend.: 8:00 as 17:00 horas – 2ª a 6ª feira
 Gerente: Maria Cristina Donini

10-GFWC Crê-Ser (pertence Subprefeitura Lapa)

End: Rua Bartira, 12 Perdizes
 CEP: 05009-000
 Fone:3865-5041 / Fax:3865-4973
 Email: creser@temat.com.br
 Site: www.cresersp.org.br
 Presidente: Maria Tereza Rocha Mendes

SERVIÇOS

- **Núcleo de Proteção Especial N.P.E – Cidade Ademar**

Avenida Cupecê, 3659 Jd. São Martinho
 Cep: 04365-001
 Fone:5677-9964 e 55652489
 Email: creser.protecaoespecial@yahoo.com.br
 Faixa etária:12 a 18 anos
 Cap: 120
 Hor. Atend.: 2ª a 6ª feira das 8:00 as 17:00 horas
 Gerente: Fabio Alves Meireles

- **PAF – Programa Ação Família**

Rua Pascoal Grieco, 140 Cidade Júlia
 Cep: 04421-150
 Fone: 5622-1260 e 5563-9087
 e-mail: crescer.craf@yahoo.com.br
 Total de famílias atendidas: 1200
 Faixa etária: não há restrição de faixa etária
 Hor. Atend.:8:00 as 17:00 horas de 2ª a 6ª feira
 Gerente: Sávio Elias Rocha Chau

11- Lar da Bênção Divina

Rua Francisco Silva Teles Dourado,199/202 Jd. Los Angeles

Cep:04649-040

Fone: 5523-4342

Site: www.bencaodivina.org.br

Email:lar@bencaodivina.org.br

Presidente: Silvia Maria B. Bueno

SERVIÇOS

- **Lar da Bênção Divina Centro para criança e centro para adolescente**

Rua Francisco Teles Dourado,199/202 Jd. Los Angeles

Cep: 04649-040

Fone: 5523-4342

Email: ear@bencaodivina.org.br

Cap:120

Faixa etária: de 6 à 15 anos

Horário atend.: 8:00 as 17:00 horas – 2ª a 6ª feira

Gerente: Maria Lucia Araújo Cabral

12 - Associação Viver Melhor

Rua Rainha das Missões, 206 Vila Missionária

Cep: 04430-010

Fone: 5621-9191

Email: associocaovivermelhor.jm@bol.com.br

Presidente: Maria Irene de Jesus Costa

SERVIÇO

- **Núcleo de Convivência para Idoso - Associação Viver Melhor**

Rua Rainha das Missões, 206 Vila Missionária

Cep: 04430-010

Fone: 5621-9191

Cap. 60 idosos

Faixa Etária: acima de 60 anos

Hor. Atend.: 13:00 as 17:00 horas de 2ª a 6ª feira

Gerente: Silvia Aparecida de Jesus Paraíba

ORGANIZAÇÕES E SERVIÇOS DO DISTRITO PEDREIRA

1- Centro de Promoção Humana São Joaquim Sant'ana

End. : Av Batista Maciel nº 162
CEP : 04459-110
Fone : 5614-5580 e 5614-6375
E-mail: cphvilla@superig.com.br
PRES.: **Maria Aparecida do Carmo Freitas**

SERVIÇOS

- **Centro de Promoção Humana São Joaquim Santana Centro para criança e centro para adolescente (JOCA)**

End: Praça Dom Luís de Mascarenhas,49 – Jardim Pedreira
CEP:. 04468-020
Fone: 5614-5580
Cap: 150
Faixa etária: de 6 à 15 anos
Hor. Atend.: 8::00 AS 17:00horas de 2ª a 6ª feira
Gerente: Aparecida Maria Neves
e-mail: cphvilla@superig.com.br

- **CCA Villa Criança Feliz (Antigo Portela) Centro para criança e centro para adolescente**

End: Av.Batista Maciel,162 – Vila Portela
CEP: 04459-110
Tel: 56146375
e-mail:cphvilla@superig.com.br
Cap.: 100
Faixa etária: de 6 à 15 anos
Hor. Atend.: 8:00as 17:00 horas- de 2ª a 6ª feira
Gerente: Andréia Santaterra Ramos Feitoza

2 - Centro Comunitário Católico e Obra Social Oscar Romero

End.: Rua José Mauro Mendonça, 279 - Jd. Santa Lúcia

CEP: 04475-310

Fone : 5674 – 0761 / 5674-1677 Fax

Site: www.oscarromero.org.br

e-mail: oscar.romero@terra.com.br

PRES.: Ir Edméa Battaglia

SERVIÇOS

- **Santa Lúcia** Centro para criança e Centro para adolescente

End: Rua José Mauro Mendonça, 279 -- Jard. Santa Lúcia

CEP : 04475-310

Fone: 5560-1882

Cap: 300

Faixa etária: de 6 à 15 anos

Hor. Aten.: 8:00as 17:00 horas – de 2ª a 6ª feira

Gerente: Viviane Oliveira Monteiro

e-mail: nsestalucia@terra.com.br

- **Casa de Abrigo Auxiliadora - I**

Rua dos Carapós, 1 Ref. Santa Teresinha

CEP:04473-070

Fone: 56762512

Email: abrigoauxiliadora@uol.com.br

Cap.20

F.Et: de 0 à 6 anos

Hor. Aten.: 24:00 horas

Gerente. Roseli Aparecida de Souza Bueno

Proc. Adm. nº: 2010-0.019.736-7

Vigência:01/01/2010 a 31/03/2010

Termo de convênio:224/SMADS/2009

- **Casa de Abrigo Auxiliadora- II**

Rua dos Piracás, 4 Balneário São Francisco

CEP: 04473-050

Fone:5673-5358

Cap. 20

F.Et: de 0 à 6 anos

Hor. Atend.: 24:00 horas

Gerente: Irmã Guadalupe

E-mail: abrigoauxiliadora@uol.com.br

3- GOTI - Grupo de Organização dos Trabalhadores Independentes

End.: Rua Delfim do Prata, 15 A , Santa Terezinha

CEP: 04474-170

Fone: 5560-0888 – Fax

Site: www.goti.org.br

E-mail: goti@goti.org.br

PRES.: Neide Pereira de Souza

SERVIÇO

- **Santa Terezinha (GOTI) Centro para criança e Centro para adolescente**

End: Rua Delfim do Prata,15-A - Jd. Santa Terezinha

CEP: 04474-170

Fone: 5560-0888

Cap:120

Faixa etária: de 6 à 15 anos

Hor. Atend.: 8:00 AS 17:00 horas – de 2ª a 6ª feira

Gerente: Maurício Borges Celestino

4- Serviço Social Bom Jesus (pertence Subprefeitura – MB)

End: Estrada do Guarapiranga, 440 Guarapiranga

Cep:04901-000

Fone: 5832-2269

Presidente: Zacarias Sampaio

e- mail: adm@socialbomjesus.org.br

fausto@socialbomjesus.org.br

- **N.P.E Serviço Social Bom Jesus Pedreira**

End:Av. Nossa Senhora do Sabará, 5095 Jardim Pedreira

Cep:04447-021

Fone: 5613-6390

e-mail: npepedreira@socialbomjesus.org.br

Cap: 120 vagas

Faixa etária: de 12 à 18 anos

Hor. Atend.: 8:00 as 17:00 horas – de 2ª a 6ª feira

Gerente: Eliane da Silva Spina

4- Associação De Apoio À Família,Ao Grupo e À Comunidade - AFAGO (pertence Subprefeitura Santo Amaro)

End.: Rua Otávio Tarquino de Souza, 628 – Campo Belo

CEP:04613-002

Fone fax: 5543-1851 e 5615-3737

E-mail: afagosp@jg.com.br

Site:www.afagosp.org.br

Presidente: Regina Prado Nogueira de Sá

Serviço

CCA AFAGO Centro para Criança e Centro para Adolescente

Endereço: Rua Cônego Antônio Pinto, 154 – Jd Pedreira

CEP: 04468-000

Fone fax: 5615-3737

E-mail: afagosp.pedreira@gmail.com

Capacidade: 120

Faixa etária: 06 a 14 anos

Hor. Atend.: 8:00 as 17:00 horas

Gerente: Marilene Linhares

5- **Mamãe Associação de Assistência à Criança Santamarense (pertence Subprefeitura Santo Amaro)**

Endereço: Rua Amador Bueno, 249 – Santo Amaro

CEP: 04752-000

Fone fax: 5686-8599

Site: www.mamae.org.br

E-mail: crechemamae@uol.com.br

Presidente: Rosa Maria Marinho Acerba

Serviço**Clube da Turma**

Endereço: Rua Professor Cardoso de Melo Neto, 1000

CEP: 04474-180

Fone fax: 5676-2891 – profissionalizante

5676-3188 – arte educação

E-mail: profissionalizante@mamae.org.br

arteeduc@hotmail.com

Capacidade: 1280

Faixa etária: 7 a 14 anos e adultos – arte educação

A partir de 13 anos – núcleo profissionalizante

Hor. Atend.: 8:00 as 20:00 horas – 2ª a 6ª feira

Gerentes: Márcia Ferreira Nogueira Portes

Maria Cristina Anacleto Garim

Denise Facchiolo Lima